

## Palocci nega denúncias na CPI dos Bingos; CPI dos Correios busca provas nos EUA

Ministro (foto) foi questionado sobre irregularidades na administração de Ribeirão Preto e denúncias contra seus ex-assessores. Comitativa da CPI dos Correios viaja aos Estados Unidos para investigar contas de Duda Mendonça.

PÁGINAS 8 A 12



MOREIRA/MARIZ

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal Ano XII – Nº 2.304/66 – Brasília, 30 de janeiro a 5 de fevereiro de 2006 EDIÇÃO SEMANAL

Acordo entre lideranças deve permitir a redução dos prazos de tramitação previstos no Regimento do Senado e antecipar a votação da PEC que disciplina a edição de medidas provisórias

## Mudança no rito das MPs pode ser votada na quarta

**P**roposta que disciplina a edição de medidas provisórias está pronta para ser votada e deve entrar na pauta da sessão de quarta-feira. A principal modificação sugerida é que as MPs somente tenham força de lei após a aprovação pelo Congresso de seus requisitos de admissibilidade: relevância e urgência. Também pode ser examinada esta semana a proposta que reduz o recesso parlamentar de 90 para 55 dias.

PÁGINA 3

### cidadania

**Conheça as regras antes de criar uma ONG**

PÁGINA 24

**Fim da verticalização já vale para este ano, afirma Renan**

PÁGINA 5

**Fundeb a um passo de ser aprovado na Câmara dos Deputados**

PÁGINA 13

**Decisão mais rápida sobre recurso contra sentença judicial**

PÁGINA 5

**Semana de esforço concentrado para votar o Orçamento**

PÁGINA 15

**Holocausto: lembrar para não repetir**

PÁGINA 17

**e mais...**

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 21

FRASES

Página 21

VOZ DO LEITOR

Página 21

CONHEÇA O SENADO

Página 23

## COOPERATIVAS

### Regulamentação depende de acordo

Apesar da polêmica em torno da representação, registro e fiscalização das cooperativas, o presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária,

Sérgio Guerra, e o relator da matéria, Demostenes Torres, desejam colocar em votação as novas regras para o setor durante a convocação extraordinária.

PÁGINAS 6 E 7



Trabalhadores rurais cooperados realizam colheita de soja, durante evento em cooperativa rural de Cascavel, no Paraná

SAMUEL MILLEO



CONGRESSO Renan recebe aplauso do Plenário ao prometer que mudança ocorrerá ainda nesta convocação

# PEC que muda rito das MPs vai a votação

A proposta de emenda constitucional (PEC) com nova disciplina para a edição de medidas provisórias, cujo primeiro signatário é o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), deverá ser votada na próxima quarta-feira.

Acordo negociado entre os líderes vai permitir a redução dos prazos previstos no Regimento Interno. Para ser aprovada, uma PEC tem de passar por cinco sessões de discussão em primeiro turno e outras três em segundo turno, com votações ao final de cada um deles, exigindo quórum de 49 senadores para sua aprovação.

A intenção do presidente do Senado, Renan Calheiros, que chegou a fazer um apelo nesse sentido aos líderes, era votar a PEC 72/05 ainda na quarta-feira passada. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), não concordou em virtude de ser autor de algumas emendas que modificam o mérito da proposição. Ele sugeriu uma reunião de líderes nesta terça-feira para debater as alterações que pretendem fazer no texto original.

A principal modificação proposta pela PEC é que medidas provisórias somente tenham força de lei após a aprovação pelo Congresso de seus requisitos de admissibilidade: relevância e urgência. Atualmente, as MPs já têm seus efeitos vigorando a partir de sua edição pelo presidente da República.

## Para Renan, alterar regras é tarefa essencial na convocação

A PEC 72/05 é considerada pelo presidente Renan Calheiros uma das principais matérias a serem analisadas durante a convocação extraordinária. Em 2005, a pauta de deliberações do Senado esteve trancada durante 65% de todas as sessões deliberativas. Renan considera incompatível o restabelecimento das prerrogativas do Poder Legislativo com a manutenção das atuais regras para edição de MPs.

– Eu não vejo como nós encerrarmos essa convocação sem votarmos as mudanças das MPs, inclusive para impedir que o governo continue a editar medidas sobre matéria orçamentária e tributária – disse, recebendo aplauso do Plenário.

Os senadores se posicionaram a favor de mudanças no rito das MPs. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), ao debater a MP 266/05, que abre créditos extraordinários, acusou o governo de fazer do Orçamento uma “operação de caráter eleitoral”. O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) disse que o governo, não se empenhando pela votação da lei orçamentária, utiliza MPs para executar o Orçamento.

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou a prática comum de os parlamentares



Plenário do Senado reunido na semana passada: em 2005, 65% das sessões deliberativas estiveram obstruídas por MPs

Outro ponto da proposição é a alternância no início da tramitação das MPs entre a Câmara dos Deputados e o Senado. De acordo com a atual regra, todas as MPs iniciam o trâmite pela Câmara e obstruem a pauta da Casa em que se encontram a partir do 45º dia de vigência. Como o prazo corre em conjunto, normalmente é todo extinto na Câmara.

Após os senadores limparem a pauta na quarta-feira, com a apreciação e votação de uma MP, um projeto de lei de conversão e diversas outras matérias, Renan Calheiros anunciou a chegada da MP 268/05, que volta a obstruir a pauta. A MP abre crédito extraordinário no valor de R\$ 1,498 bilhão em favor dos ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa.

encarregados dos relatórios setoriais negociarem com o governo um texto favorável em troca da inclusão de emendas de sua autoria. Para ele, esse modelo de atuação da comissão não serve mais e precisa ser revisto.

Concordando com Sérgio Guerra, o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), chegou a defender o fim da Comissão Mista do Orçamento (CMO).

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), presidente da CMO, concordou com a necessidade de modificá-la, mas defendeu a sua manutenção, dizendo que ela é imprescindível. Mestrinho sugeriu a redução da quantidade de integrantes da comissão, considerando que 84, número superior até ao de senadores, prejudica as discussões e dificulta o quórum mínimo para deliberações.

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou ser inegável a exaustão do modelo orçamentário, mas isentou a CMO pelos possíveis erros, atribuindo-os todos ao Poder Executivo. Ramez Tebet (PMDB-MS) conclamou os senadores a estudar medidas que fortaleçam o Poder Legislativo, como a adoção do Orçamento impositivo, proposta do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

## Recesso menor pode entrar na pauta

O Plenário do Senado pode votar ainda esta semana a proposta de redução do recesso parlamentar de 90 para 55 dias. Para tanto, a proposta de emenda à Constituição (PEC 347/96), oriunda da Câmara, deve ser votada em 2º turno naquela Casa e examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Os parlamentares, conforme o texto, terão dois períodos de recesso: um de 23 de dezembro a 1º de fevereiro e outro de 18 a 31 de julho. No primeiro ano de cada legislatura há sessão preparatória para a posse dos parlamentares em 1º de fevereiro. Nesse caso, o recesso será de 54 dias.

Em entrevista à imprensa no dia da votação, o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, esclareceu a diferença entre os dias de recesso de um parlamentar e as férias do trabalhador. “A atividade parlamentar obedece a uma relação entre o representante e o representado. É necessário que o representante do povo tenha contato com aqueles

que ele representa. O recesso é destinado para que, nesse período, o deputado que representa a população de seu estado esteja em contato com os eleitores, prestando contas do seu mandato, recebendo e

| DIAS DE RECESSO DOS PARLAMENTOS NO MUNDO |             |
|--|-------------|
| Alemanha                                 | 55          |
| Argentina                                | 90          |
| Brasil                                   | 54 ou 55*   |
| Colômbia                                 | 118         |
| Equador                                  | 60          |
| Espanha                                  | 93          |
| França                                   | 92          |
| Guatemala                                | 90          |
| Honduras                                 | 116         |
| Paraguai                                 | 70          |
| Portugal                                 | 92          |
| Reino unido                              | 115         |
| Suíça                                    | 182         |
| Uruguai                                  | 75 ou 166** |
| Venezuela                                | 50          |

\* Segundo a PEC aprovada pela Câmara. Hoje, é de 90 dias.

\*\* Em anos de eleições, o recesso é aumentado para 166

analizando as informações e opiniões sobre seu trabalho”, afirmou.

O texto aprovado em primeiro turno, elaborado pelo relator, deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE), transforma o recesso parlamentar brasileiro num dos mais curtos do mundo. A maioria dos países adota recessos de 90 a 120 dias, como, por exemplo, França, Argentina, Espanha, França, Portugal e Reino Unido.

Alguns outros países têm períodos determinados para trabalhar. O Congresso da Bolívia se reúne durante 90 dias, a partir do dia 6 de agosto. Caso o

Congresso verifique a necessidade ou o presidente requerer, os trabalhos são estendidos por mais 30 dias. No Japão, a Dieta (Parlamento) é convocada ordinariamente pelo imperador uma vez por ano para trabalhar por 150 dias, iniciando em janeiro as sessões. Em certos casos, o prazo também pode ser estendido.

Um caso interessante é o do Uruguai, cuja Assembleia Geral tem 75 dias de recesso, de 16 de dezembro ao final de fevereiro. Em anos de eleições, os trabalhos são encerrados em 15 de setembro, reiniciando-se em 15 de fevereiro.

Já constam da ordem do dia do Plenário do Senado três outras PECs sobre o assunto. A PEC 3/00, do ex-senador e hoje deputado Jader Barbalho, reduz o recesso e acaba com a remuneração extra dos parlamentares nas convocações extraordinárias do Congresso.

Pelo texto da proposta, o recesso se restringiria aos períodos de 1º a 31 de julho e de 20 de dezembro a 5 de janeiro.

Tramitam em conjunto com a proposta a PEC 12/00, do hoje governador do Espírito Santo Paulo Hartung, e a PEC 14/01, do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que também pretendem alterar o recesso, mas não tratam da remuneração extra.

## PSOL pede que pagamento extra seja bloqueado

A senadora Heloísa Helena (AL), falando pela liderança do PSOL, leu em Plenário documento encaminhado aos presidentes do Senado e da Câmara, em que os parlamentares do partido nas duas Casas abrem mão do pagamento da segunda parcela da remuneração referente à convocação extraordinária. Heloísa leu, ainda, nota do PSOL encaminhada ao presidente do Congresso Nacional, Renan

Calheiros, solicitando que tome as providências necessárias a fim de “impedir qualquer procedimento tendente a realizar esta despesa”.

O argumento utilizado foi a recente aprovação de dois projetos de decreto legislativo pelo Senado e pela Câmara vedando o pagamento de remuneração extra aos parlamentares na convocação extraordinária do Congresso Nacional. A nota diz que a

bancada do PSOL, que já tinha optado por não receber, ou por fazer o repasse dos recursos para instituições sociais, “mais uma vez rejeita este pagamento, considerando que ele fere a legislação aprovada”.

Para Heloísa, o não-recebimento da segunda parcela da remuneração extra pela convocação é uma forma de fortalecer a imagem institucional do Parlamento.

PLENÁRIO Na sessão deliberativa de quarta-feira, votação de grande número de matérias e debates sobre MPs



A concessão de garantia de seguro é agilizada por projeto acolhido pelos senadores, que também votaram crédito para infra-estrutura

## Medida facilita recuperação de crédito do país no exterior

O projeto que altera o seguro de crédito às exportações, com o objetivo de facilitar a recuperação de créditos brasileiros no exterior e agilizar a concessão de garantias do seguro foi aprovado na quarta-feira pelo Plenário.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/20, proveniente da Medida Provisória (MP) 267/05, passa para o Ministério da Fazenda todas as atividades do seguro,

antes a cargo do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), como mandatário da União. Estabelece que a União cobrará judicial e extrajudicialmente as dívidas do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação (Finex). Também autoriza o Banco do Brasil a representar a União no exterior em processos de cobranças judiciais de dívidas de importadores de

produtos brasileiros.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados incluiu na MP a obrigação de o Poder Executivo promover ações para desembaraçar o fluxo do comércio exterior e autoriza o governo a celebrar convênios com entes públicos e privados para o controle sanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira terrestre.

O relator da MP no Senado, Ney Suassuana (PMDB-PB),

sugeriu a aprovação de duas emendas apresentadas na Câmara pelo deputado Natan Donadon (PMDB-RO). A primeira distingue as importações por conta e ordem (com intermediário) e as importações por encomenda (feitas diretamente). A segunda equipara aos estabelecimentos industriais os estabelecimentos atacadistas ou varejistas que encomendam mercadorias importadas.

## Obra em estrada federal tem assegurados R\$ 673 milhões

Depois de uma longa discussão, o Senado aprovou na quarta-feira o texto original da Medida Provisória (MP) 266/05, que abre crédito extraordinário no Orçamento num valor total de R\$ 673,6 milhões para a recuperação de estradas federais em vários estados e para a realização de obras de infra-estrutura.

Como foi aprovada sem emendas, a MP vai agora a promulgação.

Embora não apresentassem objeções ao conteúdo da medida provisória, os líderes dos partidos de oposição recomendaram o voto "não", argumentando que o governo tem abusado da edição de MPs. Eles reclamaram que o governo as utiliza para fazer a execução orçamentária de 2006, uma vez que não estaria dando a atenção necessária à aprovação do Orçamento.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN) também sustentaram que a rejeição da MP não prejudicaria nenhuma das obras que estariam recebendo recursos, pois o Congresso seria obrigado a elaborar um decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas criadas pela

medida durante sua vigência. Vários senadores concordaram e houve longo debate, mas a matéria acabou sendo aprovada por 34 votos contra 26.

As obras de recuperação das rodovias e de construção de estradas receberão ao todo o valor de R\$ 187 milhões, que serão distribuídos entre os estados do Maranhão, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e Mato Grosso.

À construção do trecho entre Aguiarópolis e Araguaína (TO) da Ferrovia Norte-Sul foram destinados R\$ 140 milhões. Obras de infra-estrutura hídrica a cargo do Ministério da Integração terão R\$ 31 milhões. Também há verbas para os metrô de Salvador e Fortaleza (R\$ 240 milhões) e para a implantação do corredor expresso de transporte coletivo urbano em São Paulo, no trecho entre Parque Dom Pedro II e Cidade de Tiradentes (R\$ 75 milhões).

A origem dos recursos destinados pela MP foi o superávit financeiro de R\$ 199,3 milhões apurado em 2004 e o corte de dotações orçamentárias de R\$ 474,2 milhões.

## Vai à Câmara nova regra para usucapião urbano

O Plenário do Senado acolheu, em segundo turno, substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC 9/03) que aumenta o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300 mil habitantes. A proposição, apresentada pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), foi aprovada com 53 votos favoráveis e segue agora para a Câmara dos Deputados.

Segundo o novo parágrafo sugerido ao artigo 183 da Constituição, o direito ao usucapião nesses municípios deverá cobrir áreas urbanas de até 500 metros quadrados. Atualmente, o benefício só pode ser pleiteado por quem utilizar para fins de moradia, por cinco anos seguidos e sem oposição, área urbana de até 250 metros quadrados. Outra exigência da lei é que a pessoa não seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural.

Na justificativa da PEC 9/03, Sérgio Cabral disse defender a ampliação do lote para beneficiar a população de baixa renda que tem a posse de imóvel urbano em médias e pequenas cidades e estaria sendo prejudi-



Sérgio Cabral é autor da proposta aprovada pelo Plenário do Senado

cada pelo parâmetro em vigor. Como os espaços são maiores nessas localidades, observou, é comum a ocupação de áreas superiores a 250 metros quadrados pela população carente.

Durante a discussão da matéria, Sérgio Cabral agradeceu a colaboração do colega José Maranhão (PMDB-PB) para o aperfeiçoamento do texto e o apoio dos líderes para sua aprovação, em especial do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que acelerou a tramitação da matéria.

## Acolhidas as indicações para Anac e TST

O Senado aprovou duas indicações para cargos de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e quatro para cargos de ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Para a Anac, foram acolhidos os nomes do ex-deputado federal Leur Antônio Britto Lomanto – que vinha exercendo a chefia da assessoria parlamentar da Infraero – e do coronel da Aeronáutica Jorge Luiz Brito Velozo, que atuava no Departamento de Aviação Civil (DAC). Já para o TST, foram aprovados os juizes Horácio Raymundo de Senna Pires, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e Rosa Maria Weber Candiota.

## Programação monetária recebe aval do Senado

Foi aprovada pelo Plenário na quarta-feira a mensagem presidencial que traz a programação monetária para o primeiro semestre de 2006, elaborada pelo Banco Central. A autoridade monetária traça um cenário positivo para o período, baseando-se na recuperação das expectativas de consumidores e empresários e no patamar elevado de renda real.

O documento do Banco Central também informa que a política fiscal deve ser conduzida de maneira a dar sustentabilidade à dívida pública, com balança comercial e indicadores de estabilidade favoráveis. O sistema de metas de inflação deve ser mantido.

## Isenção do IPI para moto volta ao exame da CAE

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 280/05, que constava da pauta da sessão deliberativa de quarta-feira, retornou para ser apreciado ordinariamente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, de autoria do senador Leonel Pavam (PSDB-SC), dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de motocicletas para utilização no transporte autônomo de passageiros. Ao mesmo tempo, o Plenário deu prosseguimento à discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 59/04, de autoria do senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus.

## ELEIÇÕES



Para Renan Calheiros, regra só faz sentido com a aprovação da reforma política, num contexto de poucos partidos

## Fim da verticalização já vale, afirma Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse na quinta-feira estar convencido de que já valerá para as eleições deste ano a regra que libera os partidos de seguirem no plano estadual as alianças políticas feitas nacionalmente. A proposta de emenda à Constituição que acaba com a verticalização foi aprovada na quarta-feira, em primeiro turno de votação, na Câmara dos Deputados, faltando agora ser votada em segundo turno naquela Casa antes de ser promulgada e entrar em vigor.

– Não tenho nenhuma dúvida de que valerá para este ano porque a Câmara acaba de votar uma emenda constitucional já votada pelo Senado em 2002. Estão votando na Câmara o que o Senado já havia votado: uma alteração na Constituição. Portanto, terá plena eficácia.

Particularmente, Renan Calheiros se disse satisfeito com a votação da Câmara. Ele explicou que defende a verticalização como conceito, como consequência da reforma política, que ainda aguarda votação na Câmara dos Deputados, mas não acredita em sua eficácia no quadro político atual.

– Não concordo com a verticalização como pressuposto, como primeiro passo da reforma. Porque uma coisa é você verticalizar com cinco ou seis partidos, como consequência da reforma. Outra coisa é verticalizar com 30 partidos. É o mesmo que verticalizar o caos – ressaltou.

### Lula não foi contra a queda da verticalização

Na entrevista, Renan foi questionado por um jornalista sobre a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nessa votação e sobre o interesse governamental em obter uma coligação com o PMDB nas eleições deste ano. O presidente do Senado deixou claro que não conversou com o presidente da República depois da votação na Câmara.

– Conversei antes. Ele nos chamou para um conversa e disse que não tinha nada contra a derrubada da verticalização, diferentemente do que entendia o seu partido, o PT – informou o presidente do Senado.

Renan Calheiros destacou ainda a unidade do PMDB em torno da derrubada da verticalização.

## Senadores reagem a mudança aprovada pelos deputados

A aprovação da emenda que determina o fim da verticalização nas coligações eleitorais repercutiu no Plenário, onde recebeu críticas e elogios.

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), afirmou que o fim da verticalização “deve facilitar a candidatura própria” do seu partido à Presidência da República. Segundo ele, o resultado da votação foi “uma surpresa”.

Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), “a Câmara fez bem em dar liberdade aos partidos políticos”.

– Foi um avanço. Atende aos interesses principalmente do eleitor – disse.

O senador questiona a eficácia da verticalização tendo em vista que o eleitor, segundo ele, vota em candidatos de diferentes partidos. Tebet também defende a aprovação de uma reforma política completa no início do ano que vem.

A líder do PSOL, Heloísa Helena (AL), manifestou-se favorável à verticalização, que, para ela, “possibilita que a política de alianças seja coerente”.

– A queda da verticalização possibilita o aumento do coeficiente de “traíagem” – criticou.

O senador José Jorge (PFL-PE) aplaudiu a decisão da Câmara, afirmando que a verticalização tem caráter antidemocrático e representou um retrocesso.

Já o deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ) anunciou que entrará com mandado de segurança no STF contra a decisão, que ainda passará por um segundo turno de votação na Câmara antes de ser promulgada e entrar em vigor.

A PEC 548/02 foi aprovada pelo Senado em 2002 para invalidar norma do Tribunal Superior Eleitoral. Na Câmara, recebeu 343 votos a favor, 143 contra e uma abstenção.

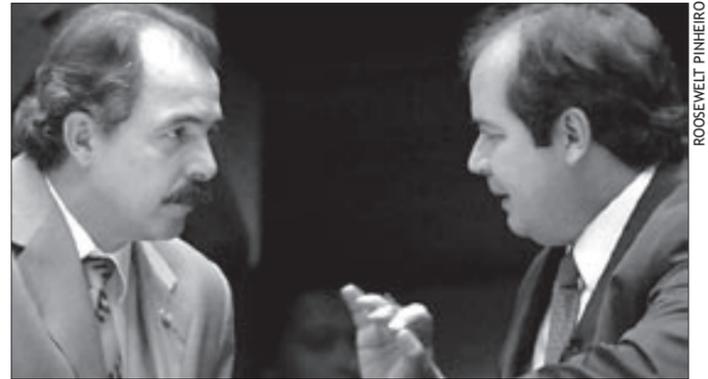
## PLENÁRIO

# Aprovadas mudanças para agilizar a Justiça

Novas alterações no Código de Processo Civil podem dar mais celeridade à fase de recurso dos processos judiciais. As propostas de autoria do presidente da República, relatadas pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), foram aprovadas pelo Plenário na quarta-feira. E seguem para sanção presidencial.

O PLC 90/05 estende ao juiz a faculdade de não receber recursos de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou do Supremo Tribunal Federal (STF), procedimento já adotado pelos tribunais. Além disso, permite que o tribunal, quando identificar nulidade no processo ocorrida no juízo de origem, possa ele próprio determinar a realização ou renovação do ato processual anulado, em vez de retornar os autos ao juiz de primeira instância.

Já o PLC 116/05 determina, entre outras alterações, a inserção da nulidade das cláusulas de eleição de foro nos chama-



Mercadante (à esquerda, em conversa com Tião Viana) aponta “pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido”

dos contratos de adesão. Caso o projeto seja transformado em lei, disse o senador, também será permitido ao juiz reconhecer, de ofício ou a pedido do requerido, a incompetência de foro. A proposição permite ainda que a petição arguindo a incompetência possa ser protocolada no foro do domicílio do réu.

### Alterações infraconstitucionais

A proposta altera também dispositivos do Código de Processo

Civil relativos a meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependências, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos.

Mercadante lembrou que os dois projetos integram a “reforma infraconstitucional do Poder Judiciário” e o “pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano”, firmado entre representantes do Senado, da Câmara dos Deputados e dos Poderes Executivo e Judiciário.

## Reforma avança na convocação extraordinária

A continuação da reforma do Judiciário ficou contida na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 358/05, e poderá ser aprovada ainda durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional. Fazem parte do projeto os dispositivos da PEC 29/00 que sofreram emendas no Senado e foram fracionados da parte não-emendada, que resultou na Emenda Constitucional (EC) 45/04.

Entre as várias alterações que a PEC apresenta estão: o combate ao nepotismo, a apresentação de critérios mais rígidos para a escolha de membros do Judiciário, a permissão para que os tribunais possam criar e organizar sua polícia, além de excluir da União a competência privativa de manter a Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios e legislar sobre esta.

Pela PEC, que está tramitando na Câmara dos Deputados, são acrescentados à Constituição mais quatro artigos. Dentre estes, dois determinam que

tanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto o Tribunal Superior do Trabalho (TST) possam aprovar súmula que, a partir de sua publicação, vai ser um impedimento à interposição de recursos contra as decisões que aprovarem.

Também é acrescentado um artigo dispendo sobre lei que criará órgãos de conciliação, mediação e arbitragem, sem caráter jurisdicional e sem ônus para os cofres públicos. Nestes órgãos, trabalhadores e empregadores serão representados e poderão conciliar conflitos individuais de trabalho em prazo legal determinado.

Outro artigo da proposta determina que a competência especial adquirida por prerrogativa de função pública – em relação a atos praticados no exercício desta, inclusive na ação de improbidade – continuará a existir, ainda que o inquérito ou a ação judicial sejam iniciados após o acusado deixar o cargo.

## Propostas regulam alterações da emenda constitucional

O parecer da Comissão Mista Especial para Regulamentação da Reforma do Judiciário, apresentou seis projetos com o objetivo de regulamentar as alterações contidas na EC 45/04. Um deles trata da repercussão geral do recurso extraordinário (RE). O recurso deverá demonstrar que a matéria em discussão gera repercussão não apenas dentro do próprio processo, sob pena de não ser aceito, se assim entenderem 2/3 dos ministros do Supremo.

Outro projeto prevê a regulamentação da federalização dos processos por crimes contra os direitos humanos, a pedido do procurador-geral da República junto ao STJ.

Na área trabalhista, o senador José Jorge (PFL-PE) apresenta uma proposta que descreve os casos de competência suplementar da Justiça do Trabalho; e outra

que regulamenta o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (FGET), que será utilizado para pagar créditos trabalhistas de valor até 40 salários mínimos.

Pelo parecer aprovado, um projeto determina que qualquer pessoa lesada ou ameaçada possa ajuizar ação por descumprimento de preceito fundamental.

O projeto que regulamenta a súmula vinculante determina que a sua elaboração terá sempre a participação do procurador-geral da República.

Entre os projetos em que o parecer requer urgência, quatro tramitam no Senado. O PLC 95/01, do deputado Edison Andrino (PMDB-SC), viabiliza a comprovação de dissídio jurisprudencial, para fins de recurso junto ao STJ, mediante a utilização de decisões disponíveis em mídia eletrônica.

O PLC 94/02, da deputada



José Jorge define casos de competência suplementar da Justiça do Trabalho

Zulaiê Cobra (PSDB-SP), disciplina a mediação judicial ou extrajudicial; o PLC 30/05, do deputado Colbert Martins (PPS-BA), autoriza efeito suspensivo nos recursos de apelação no processo civil apenas a critério do juiz. Já o PLS 138/05, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), implanta juizados especiais para as causas em que sejam parte a Fazenda Pública estadual ou municipal.

COOPERATIVISMO

Projetos conflitantes devem ser votados em comissão ainda durante a convocação extraordinária

# Lei das cooperativas espera consenso



A regulamentação das cooperativas – entidades compostas por pessoas que, voluntária e democráticamente, se unem para produzir resultados econômicos comuns – pelo Congresso Nacional mostrou que há muitas disputas por trás do que, na prática, as cooperativas fazem.

Prova disso é que, desde 1988, quando a Constituição eliminou qualquer tutela do Estado sobre a organização cooperativa, determinando que a “lei apoiará e estimulará o cooperativismo”, o Congresso não conseguiu estabelecer o mínimo de consenso para votar projetos nesse sentido, tanto na Câmara como no Senado.

Na Câmara, a proposta em tramitação é de 1989 e, no Senado, projetos dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) e do então senador José Fogaça estão sob análise há sete anos (respectivamente, PLS 171, 607 e 448, de 1999). Fogaça apresentara sua proposta pela primeira vez em 1989 (PLS 289/89) e Suplicy, em 1994 (PLS 43/94).

Agora, na convocação extraordinária, as divergências estão mais evidentes. Mesmo assim, o presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), determinou que, com ou sem acordo, as matérias vão a votação no dia 14 de fevereiro.

– Não votar na convocação daria a impressão de desídia



Cooperados reunidos em São Paulo: desde 1988, Constituição eliminou qualquer tutela do Estado sobre a organização cooperativa

– afirmou o relator dos projetos na CRA, senador Demostenes Torres (PFL-GO), favorável à unicidade de representação definida na proposta de Osmar Dias.

Uma última audiência de negociação, a ser realizada no dia 9 de fevereiro no gabinete do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, contará com a presença dos ministros do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e do Trabalho, Luiz Marinho, além de representantes das entidades

das cooperativas e dos senadores interessados no assunto.

– Há espaço para entendimento – diz o vice-presidente da CRA, Flávio Arns (PT-PR), que preside reunião do grupo de trabalho sobre o tema nesta terça, às 9h.

Enquanto isso, o setor continua a obedecer a uma lei de 1971, que teve diversos dispositivos superados pela Constituição de 1988. Esperando por uma legislação moderna, as entidades do setor querem que uma solução seja encontrada no Senado.

## Representação é o centro das polêmicas

A grande polêmica que cerca as propostas de regulamentação das cooperativas é a forma de representação, registro e fiscalização do setor. O PLS 171, acatado integralmente pelo relator, senador Demostenes Torres, estabelece que a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) será o órgão oficial, responsável por cadastrar e zelar pelos critérios que caracterizariam uma cooperativa.

Por outro lado, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defende a liberdade de associação e a criação de novo modelo – ainda em definição – de registro, monitoramento e apoio ao cooperativismo, que pode se chamar Conselho Nacional de Cooperativismo.

Para Osmar Dias, a unicidade

é um pressuposto para o fortalecimento do cooperativismo. Esse tipo de organização, sustenta o senador, é o que predomina internacionalmente.

Além de Demostenes Torres, da própria OCB, do ministro Roberto Rodrigues e do secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério, Márcio Portocarrero, outros parlamentares defendem a tese.

Suplicy, porém, acredita que a obrigatoriedade de filiação a uma entidade é inconstitucional.

De acordo com o secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Paul Singer, em nenhum dos países onde há apenas uma entidade representando as cooperativas essa

determinação é feita em lei.

– Queremos que a unidade seja construída por meio de negociação – afirmou Singer.

A opinião é compartilhada ainda por representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e por entidades de cooperativas de economia solidária, como a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar (Unicafes), a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) e a Associação Nacional de Trabalhadores em empresas de autogestão (Anteag).

Sem consenso, Osmar Dias e Demostenes querem decisão no voto. Mas, no início de janeiro a OCB já admitiu abrir mão de ser o único órgão do setor. A resposta vem até 14 de fevereiro.

### Dados econômicos sobre cooperativas:

Faturamento de R\$ 100 bilhões (estimativa em 2005)

#### Na agricultura, as cooperativas produzem:

72% de trigo  
43% de soja  
39% de leite  
38% de algodão  
21% de café  
16% de milho

No total, mais de US\$ 1,3 bilhão em exportações (dados de 2004)

Fontes: Sistema de Informações da Organização de Cooperativas do Brasil (OCB) e International Co-operative Alliance (ICA)

#### No mundo:

\* Mais de 800 milhões de pessoas são membros de pelo menos uma cooperativa.

\* As cooperativas são responsáveis por 100 milhões de empregos (20% a mais que todas as empresas multinacionais somadas).

Fonte: International Co-operative Alliance (ICA)

### Unicidade de representação predomina em termos internacionais

### Cooperativismo por ramo de atividade

| Ramo de Atividade | Cooperativas | Associados       | Empregados     |
|-------------------|--------------|------------------|----------------|
| Agropecuário      | 1.398        | 865.173          | 116.919        |
| Consumo           | 144          | 1.820.531        | 7.463          |
| Crédito           | 1.068        | 1.890.713        | 26.068         |
| Educacional       | 311          | 66.569           | 2.827          |
| Especial          | 9            | 326              | -              |
| Habitacional      | 356          | 128.940          | 1.126          |
| Infra-estrutura   | 171          | 585.857          | 5.299          |
| Mineral           | 37           | 48.846           | 27             |
| Produção          | 136          | 25.490           | 373            |
| Saúde             | 883          | 326.579          | 28.249         |
| Trabalho          | 1.894        | 346.100          | 4.154          |
| Transporte        | 715          | 52.793           | 2.590          |
| Turismo e Lazer   | 14           | 1.741            | 5              |
| <b>TOTAIS</b>     | <b>7.136</b> | <b>6.159.658</b> | <b>195.100</b> |



Fonte: Sistema de Informações da Organização de Cooperativas do Brasil (OCB), 31 de dezembro de 2004.

## Troca de acusações emperra o diálogo

Depois de reuniões no início do ano que avançaram nas negociações sobre os projetos que regulamentam as cooperativas, os entendimentos sofreram retrocesso nos últimos dias. Em correspondência a que o Jornal do Senado teve acesso, endereçada ao deputado Odacir Zonta (PP-SC) e datada de 20 de janeiro, o presidente da OCB, Márcio Freitas, acusa as demais entidades envolvidas nas negociações de preconceito com relação a sua organização, que teria “vínculo histórico com o regime militar”. Segundo Freitas, a ideologização levou ao “fracasso das negociações”.

Os presidentes de outras seis entidades enviaram carta a Zonta, em 24 de janeiro, negando a acusação da OCB de que não teriam se disposto a contribuir para a negociação,

rechaçando a “partidarização do cooperativismo”.

– O que se pretende é que não prevaleça apenas a doutrina de uma única organização – afirma a carta, que anexou resumo de reunião em 6 de janeiro entre assessores da OCB, da Unicafes e da Unisol em que foram registrados avanços.

Porém, na reunião da CRA, os ânimos já haviam arrefecidos e os desentendimentos foram creditados à radicalização por parte de alguns técnicos.

– Antes da carta da OCB, parecia que estávamos avançando. Mas as divergências podem ser superadas – afirmou o presidente da Unicafes, José Paulo Ferreira.

– Podemos avançar, mas, caso não consigamos, vamos votar com base no parecer do relator – disse o presidente da OCB, Márcio Freitas.

## COOPERATIVISMO

Diferentes visões sobre o tema duelam na definição da participação das empresas no setor

## Princípios do cooperativismo

**Adesão voluntária e livre**

As cooperativas são organizações abertas à participação de todos, independentemente de sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa. Para participar, a pessoa deve conhecer e decidir se tem condições de cumprir os acordos estabelecidos pela maioria.

**Gestão democrática**

Os cooperantes, reunidos em assembléia, discutem e votam os objetivos e metas do trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade. Cada associado representa um voto, não importando se alguns detêm mais cotas do que outros.

**Participação econômica dos membros**

Todos contribuem igualmente para a formação do capital da cooperativa, o qual é controlado democraticamente. Se a cooperativa é bem administrada e obtém uma receita maior do que as despesas, a diferença será dividida entre os sócios até o limite do valor da contribuição de cada um. O restante poderá ser destinado para investimentos na própria cooperativa ou para outras aplicações, sempre de acordo com a decisão tomada na assembléia.

**Autonomia e independência**

O funcionamento da empresa é controlado pelos seus sócios, que são os donos do negócio. Qualquer acordo firmado com outras organizações e empresas deve garantir e manter essa condição.

**Educação, formação e informação**

É objetivo permanente da cooperativa destinar ações e recursos para formar seus associados, capacitando-os para a prática cooperativista e para o uso de equipamentos e técnicas no processo produtivo e comercial. Ao mesmo tempo, buscam informar o público sobre as vantagens da cooperação organizada, estimulando o ensino de cooperativismo nas escolas de 1º e 2º graus.

**Intercooperação**

Para o fortalecimento do cooperativismo é importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços, viabilizando o setor como atividade socioeconômica. Por outro lado, organizadas em entidades representativas, formadas para contribuir no seu desenvolvimento, determinam avanços e conquistas para o movimento cooperativista nos níveis local e internacional.

**Interesse pela comunidade**

As cooperativas trabalham para o bem-estar de suas comunidades, por meio da execução de programas socioculturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis.

Fonte: Portal do Cooperativismo - Sescop/SP  
(www.portaldocooperativismo.org.br)

## OCB existe desde 1969 e está em todos os estados

A Organização das Cooperativas Brasileiras foi criada em 1969, a partir da fusão de outras duas entidades nacionais. A OCB está presente nos 26 estados e no Distrito Federal, com 7.136 cooperativas filiadas. Em 1971, a representação da OCB como órgão técnico-consultivo do governo foi oficializada em lei. A organização é responsável pela promoção, orientação, fomento e defesa de grande parte do sistema cooperativista e defende mais espaço para participação de empresas no setor. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, então presidente da OCB, foi o primeiro não europeu eleito para a presidência da Aliança Cooperativista Internacional (ACI), em 1996.

## Nova entidade quer apoio a cooperativas familiares solidárias

A criação da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária foi decidida em 2004 e formalizada em seu primeiro congresso, em abril de 2005. Na época, representava 195 cooperativas, 23 federações sindicais e 118 sindicatos e associações locais. Hoje, já tem 750 cooperativas filiadas, pretendendo chegar a 2 mil até o final do ano que vem.

A entidade defende o cooperativismo popular e comunitário como instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável, a redução da pobreza e a inclusão social, fomentando a inserção da produção na economia nacional.

Para a entidade, a Constituição de 1988 desvinculou o cooperativismo do Estado e da lógica do "grande capital, materializada em cooperativas de caráter empresarial".



CÉLIO AZEVEDO



ROOSEVELT PINHEIRO

Suplicy sugere mais restrições para empresas, abrandadas no projeto relatado por Demostenes

# Limites para empresas ainda em discussão



Os projetos sobre cooperativismo em discussão na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) também

divergem quanto à participação de pessoas jurídicas nas cooperativas. Atualmente, a Lei 5.764, de 1971, permite que pessoas jurídicas participem de cooperativas, mas com algumas limitações, que são abrandadas pelo PLS 171/99, do senador Osmar Dias (PDT-PR). A proposta permite a filiação de empresas de qualquer espécie, desde que não atuem no mesmo ramo de cooperativa.

– À primeira vista isso é uma monstruosidade, porque a cooperativa é uma associação de trabalhadores, de pessoas físicas. Mas, para fazer legislação que atenda o cooperativismo como ele é e como está evoluindo, é preciso levar em conta a realidade de que, por razões inclusive tributárias, há um grande número de pessoas jurídicas compostas por uma só pessoa – admitiu Paul Singer na CRA, que defende maiores restrições para a participação das empresas.

A abertura sem limites das cooperativas às empresas incomoda as entidades que reúnem

cooperativas menores. Mas a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que defende que as cooperativas tenham "foco no negócio", quer maior flexibilidade.

– Ampliar demais pode inclusive criar problemas de sonegação fiscal – afirmou ao Jornal do Senado o presidente da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), José Paulo Ferreira.

Por meio do PL 171/99, uma multinacional do setor agrícola, por exemplo, ao se associar a cooperativa e adquirir grande número de cotas-parte, pode ter grande parcela da produção, que ainda poderá, até o limite de 50%, ser comercializada com não-sócios. A proposta defendida pelo relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), possibilita que as cooperativas abram seu capital por meio de Certificados de Aporte de Capital.

– Os compradores desses certificados não se tornariam associados, fariam jus a remuneração de eventuais ganhos – explica Demostenes em seu relatório.

Para o senador Eduardo Su-

plício (PT-SP), porém, é preciso que haja proteção para que as cooperativas não se transformem em um meio para que empresas privadas usufruam dos mesmos benefícios tributários assegurados ao cooperativismo.

– O PLS 171 admite a participação das empresas sem maiores restrições. Isso pode levar a existência de cooperativas de fachada, que ficariam muito parecidas com sociedades anônimas ou empresas limitadas, mas com benefícios fiscais – disse ao Jornal do Senado Uelton Fernandes, que acompanha as negociações repre-

sentando a Unicafes.

Por fim, outra inovação do projeto de Osmar Dias é a ampliação do conceito de "ato cooperativo", para abarcar não apenas as relações que o cooperado mantém com a cooperativa para atingir seus objetivos, mas também a todas as atividades-meio, inclusive prestadas por terceiros ou por empresas junto às cooperativas. Essa ampliação tem consequências práticas, uma vez que o ato cooperativo tem tratamento tributário próprio garantido pela Constituição.

## Definições sobre operação das cooperativas têm impacto tributário

## Câmara espera definição do Senado

Mesmo com uma proposta em discussão na Câmara, as atenções dos deputados também estão voltadas para os debates no Senado. Na última reunião da CRA, diversos deputados ligados à Frente Parlamentar do Cooperativismo, entre eles Odacir Zonta (PP-SC), acompanharam as negociações com os presidentes da Organização das Cooperativas Brasileiras, Márcio Freitas, e da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, José Paulo Crisóstomo Ferreira, além do deputado Assis Miguel do Couto (PR), do Núcleo Agrário do PT.

Na Câmara, o projeto pionei-



Autor do projeto, Osmar Dias defende a votação da matéria até 14 de fevereiro

ro e que até hoje continua em tramitação é o PL 1.706/89, que, muito emendado, obteve pareceres favoráveis das comi-

sões de Constituição, Justiça e de Cidadania; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, inclusive sobre emendas apresentadas em Plenário. No entanto, a matéria está pronta para ser votada desde novembro de 1996. Pedido de urgência para o projeto, assinado pelos líderes partidários, também aguarda apreciação.

A proposta da Câmara é semelhante ao PLS 171/99, do senador Osmar Dias, que é membro da Frencoop, composta por mais de 200 deputados e quase 20 senadores.

CRISE POLÍTICA

Diretor da Polícia Federal e ministro do Controle e da Transparência contribuem com CPI dos Correios

# As sugestões da PF para evitar corrupção



O diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, defendeu alterações no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos para permitir o uso de provas obtidas em outros inquéritos nos processos administrativos movidos pelo órgão do funcionário infrator. Além disso, criticou as comissões de sindicância que são criadas para julgar os atos do funcionário suspeito, pois outros servidores são alocados para essa atividade, deixando seus afazeres e, segundo Lacerda, "não decidem nada". A sugestão de mudança foi feita na Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios.

Como forma de auxiliar nas investigações, Lacerda defendeu o compartilhamento entre os órgãos de governo dos dados obtidos por meio de quebra de sigilo. Declarou-se ainda a favor do estabelecimento de prazo de 15 dias para o encerramento de inquérito, prorrogável por mais 15. O delegado ressaltou a importância da agilidade para punir o corrupto, uma vez que é impossível evitar o problema.

O senador Romeu Tuma (PFL-

SP), que está à frente da elaboração dos projetos de lei sugeridos, disse que a polícia "anda a reboque do crime".

– O que pretendemos é tentar nos antecipar juridicamente a acontecimentos mais graves do crime, porque, em seqüência, outros são praticados, como a obstrução de provas e a queima de documentos – afirmou.

Ao ser questionado sobre as

diretores. Questionado pelo deputado Silvio Torres (PSDB-SP) sobre quem teria pressionado, ele preferiu não comentar.

**Juiz quer revisão do sistema judiciário**

Sérgio Fernando Moro, juiz da 2ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, que se destacou pelo trabalho realizado no caso Bannestado, pautou sua participação na Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção pela defesa de um Judiciário mais eficiente como forma de melhorar a vida da população.

Segundo Moro, tais são as deficiências do processo judicial que ele questiona as próprias conseqüências do trabalho realizado pelas CPIs.

– O Superior Tribunal de Justiça (STJ) não tem estrutura própria para lidar com esses casos complexos, o que favorece a impunidade. Aqui no Congresso Nacional, o máximo que pode acontecer é a perda de mandato.

Moro pregou uma reforma pontual do Código Penal de forma que, identificado um crime, se seus produtos não forem mais rastreáveis, que possam ser confiscados do responsável bens ou valores equivalentes, "impedindo que o crime se autofinancie".



Paulo Lacerda defende alterações no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos

condições de trabalho da Polícia Federal e sua ida para a direção da instituição – que só se realizou após a obtenção do que chamou de independência para escolher superintendentes regionais –, Lacerda disse ter resistido a pressões políticas para nomear



Waldir Pires afirma aos parlamentares que displicência com os gastos públicos representa ameaça à democracia no Brasil

## Waldir Pires defende integração e transparência

Para o ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires, o Brasil é displicente com o gasto público. Em depoimento à Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, ele enfatizou a necessidade de investimentos no controle social e na transparência dos gastos do governo para que se modifique o cenário que leva à corrupção. Defendeu ainda a alteração das normas que regulamentam a questão da proibidade administrativa e propôs a ampliação da articulação entre os órgãos fiscalizadores. Para o ministro, a displicência com os gastos públicos representa uma ameaça à democracia.

– Sem a correta aplicação dos recursos públicos, a democracia está em perigo – frisou.

Pires afirmou que a "pedra angular" na luta contra a corrupção é a articulação entre os órgãos de controle e fiscalização do governo. Sem os poderes investigativos da Polícia Federal e do Ministério Público, a Controladoria Geral da União (CGU) firmou convênios com órgãos como o Tribunal de

Contas da União, o Ministério Público, o Ministério da Fazenda e a Advocacia Geral da União, o que conferiu "interação e mais agilidade nas ações".

– Estamos avançando porque uma das coisas que não existia e hoje estamos conseguindo é o compartilhamento de dados sigilosos, com a devida reserva na utilização – observou Pires.

O ministro também defendeu o acesso da população às informações sobre os gastos públicos. Ele disse que o Portal da Transparência, criado pela CGU, contém mais de 275 milhões de informações para que o cidadão possa identificar as transações feitas pelo governo e como estão sendo aplicados os recursos.

Pires apoiou proposta de restrições ao foro privilegiado para autoridades, mantendo a imunidade apenas à palavra de parlamentares, conforme projeto apresentado pelo sub-relator, deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS).

Ele criticou ainda a legislação de países como os Estados Unidos, que protege os investidores em paraísos fiscais.

## Ex-diretor do Nucleos diz que agiu a pedido de Sereno

O ex-diretor financeiro do Nucleos (fundo de pensão das estatais do ramo de energia nuclear), Gildásio Amado Filho admitiu na terça-feira passada ter recebido o representante da corretora ASM Asset Management, Fernando Barros Teixeira, a pedido do ex-assessor da Casa Civil e ex-secretário de Comunicação do PT Marcelo Sereno.

Na avaliação do deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), a informação, fornecida durante depoimento à Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios, confirma a influência de Sereno no Nucleos.

Em seu depoimento, Gildásio reconheceu que o resultado financeiro de sua gestão em 2004 foi pífio, abaixo da meta estabelecida. Ele está sendo processado na Justiça pela atual diretoria do Nucleos, que o responsabiliza, juntamente com outros gestores, por perdas que podem chegar a R\$ 39 milhões em investimentos realizados

entre 2003 e 2005. Mas o ex-diretor negou que tenha tirado vantagem do cargo ou beneficiado alguém durante sua gestão.

O Nucleos teve perdas com títulos públicos em operações concentradas em duas corretoras. Do total do prejuízo, R\$ 7 milhões seriam referentes a investimentos no Banco Santos, que sofreu intervenção do Banco Central em 2005.

Antes do depoimento de Gildásio, a comissão parlamentar de inquérito ouviu José Raphael da Silva, atual diretor-financeiro do Nucleos. Ele afirmou que a diretoria do fundo vem procurando corrigir os erros da gestão anterior, com acompanhamento mais detalhado dos investimentos.

Outro a depor na terça-feira



Gildásio reconhece resultados negativos de sua gestão, que ficaram abaixo da meta

na sub-relatoria foi Fernando César Teixeira, antecessor de Gildásio na diretoria financeira do Nucleos. Teixeira explicou os procedimentos que adotava para os investimentos e definiu como "bastante satisfatório" o desempenho do fundo durante sua gestão. Segundo o depoente, as metas foram ultrapassadas e o fundo obteve resultado positivo de R\$ 16 milhões acima do previsto.

## No Real Grandeza, admissão de desempenho "condenável"

O ex-diretor financeiro do Real Grandeza (fundo de pensão de Furnas e Eletronuclear) Jorge Freitas afirmou em depoimento à Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios, na quarta-feira que provavelmente a indicação de um ex-diretor do fundo, Marco Antônio Gomes, tenha sido facilitada por ele ser um sindicalista conhecido do PT.

– Não sei se o nome dele teve indicação do PT, mas é provável que tenha pesado o fato de ele conhecer o PT – avaliou.

Sobre as operações financeiras do fundo, o sub-relator, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), não se convenceu com as explicações de Freitas para os prejuízos ocorridos durante sua gestão, em 2003 e 2004. Para o deputado, ficou "patente a opção equivocada da diretoria do fundo de pensão" pelos investimentos nos bancos Santos, BMG e Rural.

Freitas justificou a escolha dessas instituições com o argumento de que buscava maior lucratividade.

Antes de Freitas, a CPI ouviu o atual diretor do Real Grandeza, Ermindo Cecchetto Júnior, que afirmou ter sido escolhido para "resgatar a imagem da Casa". Sua exposição foi curta, mas não isentou a diretoria anterior. Ao ser questionado por ACM Neto, disse que o desempenho dos antecessores foi "condenável".

Ele destacou suas primeiras ações, logo que tomou posse em agosto de 2005: instaurou uma auditoria geral e migrou os investimentos, que em sua maioria eram em títulos privados, para títulos públicos.

Também em depoimento à sub-relatoria, o operador do mercado financeiro Alexandre de Athayde Francisco ratificou na quinta-feira suas acusações de que o ex-secretário de Comunicação do governo Luiz Gushiken e o ex-dirigente do PT Marcelo Sereno intermediaram negócios fraudulentos de fundos de pensão, como Real Grandeza (Furnas) e Prece (Cedae), contribuindo para o enriquecimento ilícito de empresários e para campanhas de petistas.

CRISE POLÍTICA

Relator e dois outros membros viajam terça-feira para ter acesso às contas de Duda Mendonça

# CPI vai a Nova York buscar informações



Representantes da CPI dos Correios irão aos Estados Unidos nesta terça-feira. A comitiva será formada pelo relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), e pelos relatores adjuntos, deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ) e deputado Maurício Rands (PT-PE). A data foi marcada com as autoridades norte-americanas, após meses de negociação, com o auxílio do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

O objetivo da viagem é levantar informações sobre as contas do publicitário Duda Mendonça no exterior. Serraglio, Paes e Rands irão à Promotoria Distrital de Nova York, onde deverão ser recebidos pelo procurador-chefe do estado, Robert Morgenthau. O roteiro inclui ainda o Departamento de Justiça de Washington e a Procuradoria de Miami.

O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), se disse otimista em relação à missão.

– Acho que, agora, eles estão

realmente dispostos a colaborar.

Mas os trabalhos da CPI começam já nesta segunda-feira, com depoimentos na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão. Estão agendados os depoimentos de Isaac Sassoun e Cezar Sassoun, sócios da Laeta Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, às 14h30.

Na terça-feira, a Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção terá como depoente convidado, a partir das 10h, Cláudio Weber Abramo, diretor da ONG Transparência Brasil. Às 14h, fala Laerzio Chiesorin Júnior, presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas.

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouve no mesmo dia, às 10h, Josemar Pereira dos Santos, diretor da Geap – Fundação de Seguridade Social. A partir das 14h, depõem Sérgio Soeiro, Jorge Luiz Chrispim e João Luiz Carneiro, executivos da Euro Distribuidora de Títulos Mobiliários.

Na quarta-feira, o plenário da CPI faz as oitivas de Breno Fischberg e José Pompeu de Campos Neto, da Corretora Bônus-Banval, a partir das 10h.



Delcídio Amaral (E) conversa com o relator Osmar Serraglio (D): otimismo em relação à missão

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção ouve como convidados, na quinta-feira, David Falcão, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, às 10h, e Edson Lobo,

gerente-geral da unidade gestão da segurança do Banco do Brasil.

O plenário da CPI colhe às 10h o depoimento de José Carlos Batista, sacador de contas das agências do empresário Marcos Valério.

Já a Sub-Relatoria de Contratos ouvirá, às 11h, Waldemar Cardoso, diretor dos Correios, e, às 13h, Mauro Castro Lucas de Souza, representante na empresa de tecnologia Politec.

## Mercadante protesta contra inclusão de Lula em relatório

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse não acreditar que a disputa eleitoral para a Presidência da República leve à citação do nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no relatório da CPI dos Correios. O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), declarou que o presidente teria sido negligente e “é óbvio” que tem “alguma culpa”, pois, mesmo que de nada soubesse, o fato de ser “o comandante” bastaria para considerá-lo culpado.



Ideli também criticou declaração de Serraglio: “Quem é relator não deve dar opinião pessoal”, argumentou

– Não acredito que isso possa acontecer. A CPI não deve poupar ninguém, mas não deve perseguir ninguém por motivos de disputas eleitorais – enfatizou Mercadante.

Na opinião do senador, o presidente Lula tomou todas as medidas necessárias em relação aos fatos apurados pela CPI dos Correios.

O líder do governo afirmou que não procede a notícia de que o presidente Lula teria chamado a atenção do presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), em relação ao relatório anunciado por Serraglio.

– O senador Delcídio é líder da bancada e tem uma ótima relação com o presidente Lula, que também não faria isso. É evidente que esse tipo de ilação não tem nenhuma procedência – garantiu.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) também protestou contra as afirmações feitas por Serraglio sobre a citação do presidente no relatório da CPI.

– Quem é relator de CPI tem que ter posição de magistrado e não dar opinião pessoal. Deveria única e exclusivamente relatar e se ater aos fatos da investigação – assinalou.

## Ex-diretor dos Correios diz que Usiminas financiou campanha

Novas denúncias surgiram nos depoimentos de cinco funcionários e ex-funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios na semana passada. O diretor aposentado Paulo Roberto Menicucci confirmou que sacou R\$ 205 mil de uma conta da SMPB, agência de publicidade do empresário Marcos Valério, no Banco Rural, em 2004. O dinheiro teria ido para a campanha do candidato do PSB à prefeitura de Belo Horizonte, João Leite (hoje do PSDB). A fonte da doação seria a Usiminas, conforme lhe teria explicado Cristiano Paz, sócio de Valério. Já o atual diretor comercial da ECT, José Otaviano Pereira, anunciou que uma ampla revisão de toda a rede franqueada da estatal será feita com o acompanhamento do Tribunal de Contas da União (TCU).

Outro depoente – o analista de sistemas da ECT Maurício da Silva Marinho, filho do ex-diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material da ECT Maurício Marinho – garantiu que o pai dele, flagrado ao receber R\$ 3 mil de propina supostamente destinada ao PTB, tem um único bem: um apartamento. A Sub-Relatoria de Contratos ouviu ainda a chefe do Departamento Jurídico da ECT, Maria de Fátima Seleme. O sub-relator,

deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), questionou a licitação feita pela estatal em 2004, com contrato de R\$ 4,3 bilhões, vencido pela BR Postal, único consórcio que se apresentou. Fátima afirmou que o TCU considerou a licitação legal. O contrato, porém, ainda está sendo investigado pelo TCU, pelo Ministério Público Federal e pela Controladoria Geral da União.

Empresário denuncia nova fraude nos Correios

Em seu depoimento, o empresário Edson Maurício Brockveld denunciou à Sub-Relatoria de Contratos que, em licitação realizada nos Correios em dezembro de 1999, já se sabia de antemão que sairiam vencedoras as multinacionais Alstom e Siemens. A empresa do depoente, a Brockveld Equipamentos e Indústria, foi desclassificada no processo, apesar de ter oferecido, na proposta técnica, um preço bem inferior ao das outras. Segundo Brockveld, a Alstom e a Siemens pediram que ele não questionasse o resultado, pois seria do “interesse dos Correios” que as duas empresas ganhassem o contrato.

Cardozo pediu que sejam providenciados requerimentos de convocação dos diretores da ECT à época e demais responsáveis pela licitação em questão.

## Conselho de Ética pede cassação de Brant e Professor Luizinho

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados aprovou na semana passada, por 8 votos a 7, o relatório do deputado Nelson Trad (PMDB-MS) que recomenda a cassação do deputado Roberto Brant (PFL-MG). O resultado só saiu depois que a votação, então empatada em 7 a 7, obrigou o presidente do conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), a dar o voto de minerva, favorável ao relatório. Brant foi um dos acusados pelas CPIMs dos Correios e da Compra

de Votos de se beneficiar do chamado valerioduto, e o primeiro parlamentar da oposição sob ameaça de ser cassado.

O conselho recomendou ainda, por 9 votos a 5, a cassação do mandato do deputado Professor Luizinho (PT-SP), pedida no parecer do deputado Pedro Canedo (PP-GO). Muito emocionado, Luizinho disse que fará o possível para reverter a situação em Plenário.

– Não peçam que eu me conforme com o resultado – afirmou.

A decisão do conselho sobre o processo por quebra de decoro contra o presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), foi adiada na segunda-feira depois que o deputado Benedito de Lira (PP-AL) pediu vista do relatório. O documento, elaborado pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), recomenda a perda do mandato do parlamentar pernambucano, também acusado de receber recursos do caixa dois do PT por intermédio do empresário Marcos Valério. Com o adiamen-

to, a apreciação do relatório foi agendada para esta terça-feira, às 14h.

Na próxima quarta-feira, em horário a ser definido, deverá terminar o processo de leitura, discussão e votação do relatório do deputado Jairo Carneiro (PFL-BA) sobre o processo contra o deputado João Magno (PT-MG).

Ricardo Izar informou que, até o final da convocação extraordinária do Congresso, o conselho deve terminar seis ou sete processos por quebra de decoro, e o

restante até o final de março. Ao todo, são 13 processos.

Os casos em que ainda falta arrolar testemunhas são os dos deputados Vádão Gomes (PP-SP), José Janene (PP-PR), Zulaiê Cobra (PSDB-SP) e Onyx Lorenzoni (PFL-RS). O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara também precisa dar continuidade ao depoimento do deputado José Mentor (PT-SP), iniciado na última terça-feira e suspenso por causa da ordem do dia do Plenário.

CRISE POLÍTICA "Serenos" para o governo, "frio" para a oposição, ministro enfrenta seis horas de questionamentos

# Palocci diz a CPI que não fez nada que o condene



O depoimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, à CPI dos Bingos, na última quinta-feira, foi marcado pelos questionamentos da oposição acerca das denúncias contra seus ex-assessores na prefeitura de Ribeirão Preto (SP) e supostas irregularidades na administração municipal. Em tom ameno e transparecendo tranquilidade, Palocci falou durante seis horas – disse que não poderia ficar mais tempo porque participaria naquela tarde de reunião do Conselho Monetário Nacional – defendendo-se em especial dos fatos ocorridos durante suas duas gestões municipais.

Os senadores governistas entra-

ram em acordo e preferiram não fazer perguntas, para que os opositores pudessem perguntar tudo o que quisessem.

A negativa de envolvimento em escândalos administrativos tomou a maior parte das respostas dadas pelo ministro, que fez questão de destacar que não pode responder por ações de seus subordinados quando deixaram de lhe prestar serviços. Ele mesmo mencionou denúncias contra sua administração e leu decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que o inocentaram.

– Toda vez que alguém acha que sou candidato a alguma coisa, esses assuntos aparecem, mas quase todas as acusações já tramitaram na Justiça e acabaram arquivadas, o que também irá acontecer com as demais – afirmou. O ministro definiu-se como tranquilo, por ser



Palocci, entre Renan Calheiros (E), Efraim Morais e Garibaldi Alves (D): sem criticar os acusadores

inocente. "As ervilhas me perseguem há quatro anos", ironizou, ao citar as denúncias sobre compras para a merenda escolar em Ribeirão Preto, já apuradas.

## Sem julgar ou criticar os ex-assessores

Acompanhado por seis secretários escolhidos para atuarem com ele no Ministério da Fazenda, entre eles o secretário-executivo Murilo Portugal e o do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, Palocci não quis criticar ex-assessores de Ribeirão Preto como Rogério Buratti, Juscelino Dourado e Ralf Barquete, este já morto.

– Não quero julgar ninguém. É preciso esperar pelas investiga-

ções – expôs Palocci, completando que não irá processar os que o acusam ou o envolvem em denúncias durante a apuração dos fatos do cargo de ministro.

Para Palocci, qualquer irregularidade que tivesse acontecido durante sua gestão ou na coordenação da campanha do presidente Lula, como a existência de caixa dois, seria de seu conhecimento.

– Dizem que Ralf Barquete, secretário de Finanças de Ribeirão Preto, entregava os R\$ 50 mil recolhidos da Leão Leão ao Delúbio Soares, tesoureiro do PT em 2001. Naquela época eles nem sequer se conheciam e, além disso, não teria sentido pedir uma contri-

buição oficial para a campanha e depois receber uma extra-oficial – argumentou.

O ministro disse que não critica os que fazem denúncias, entre eles vereadores e jornalistas, mas acha que as brigas políticas locais não devem ser transpostas para a política nacional.

Ele também assumiu a defesa de algumas pessoas, entre elas a de Jorge Mattoso, atual presidente da Caixa Econômica Federal, citado no relatório da GTech, e Isabel Bondini, chefe especial do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto em sua gestão, acusada por mandar adulterar planilhas, beneficiando a empresa Leão Leão.

## Governistas elogiam, opositores criticam

Opositores e governistas discordaram em relação ao desempenho do ministro Antonio Palocci na CPI. Algumas explicações já haviam sido apresentadas quando ele esteve na Comissão de Assuntos Econômicos, no final do ano passado. Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, que acompanhou o ministro até a CPI, a vinda dele ajudará nas investigações.

– Mais uma vez, o ministro foi absolutamente seguro e convincente – enfatizou.

A mesma opinião tiveram os senadores da base do governo, entre eles Tião Viana (PT-AC).

– O ministro esteve muito sereno e respondeu às perguntas de maneira convicta, saindo com respeito aumentado do Senado Federal – assinalou.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que a CPI tem objetivo "palanqueiro" desde o seu início.

– Todas as perguntas feitas ao ministro não têm a ver com o foco dessa CPI, ou seja, bingos – afirmou.



Viana enaltece depoimento de Palocci: "Ele respondeu a tudo de maneira convicta"

Líder do governo, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) irritou a oposição ao dizer que os opositores quiseram "apequenar" o ministro com fins eleitorais. Criticou ainda os senadores que atacaram o ministro, mas que teriam vivido problemas iguais quando de suas gestões como prefeitos ou governadores.

Na contra-mão, a oposição disse não ter ficado satisfeita com as respostas dadas. O senador Arthur

Virgílio (AM), líder do PSDB, afirmou que "não há como não figurar no relatório final que o ministro foi pelo menos conivente com a improbidade, na melhor das hipóteses".

Alvaro Dias (PSDB-PR) e Demostenes Torres (PFL-GO) questionaram o porquê de o ministro ainda não ter processado os que o acusam.

– Fica impossível isentá-lo diante das evidências e é agravante o fato de ele não condenar alguns de seus ex-assessores – expôs Alvaro Dias, que chamou o ministro de "frio" diante de seu comportamento e respostas.

O relator da CPI, Garibaldi Alves (PMDB-RN), afirmou que o ministro ainda deixou dúvidas com relação a seus ex-assessores. "Se eu fosse ele tinha me preocupado há mais tempo com as companhias."

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), todas as pessoas envolvidas em denúncias "parecem personagens de um teatro de sombras".

## Relações com Buratti são alvo de suspeitas

A relação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com seus ex-assessores e secretários – especialmente Rogério Buratti, autor da maior quantidade de denúncias sobre as supostas irregularidades em Ribeirão Preto – foi amplamente questionada por senadores. O advogado Buratti foi afastado da prefeitura em 1994, quando surgiu uma gravação telefônica feita por ele mesmo, secretário de governo, com um empresário, na qual tratava de resultados de licitações em Ribeirão Preto.

– Nossas famílias eram amigas, mas depois da

saída de Buratti da prefeitura houve um afastamento, não um rompimento por completo. Desde as denúncias da GTech [em 2003] não falei mais com ele – disse o ministro, que não achou adequado convidá-lo novamente para trabalhar na prefeitura, mesmo depois de Buratti ter sido inocentado em investigações.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) pediu que o ministro a convencesse de que a amizade com Buratti não existiria mais.

– Até o momento, estou convencida de que o senhor está mentindo todo o tempo – afirmou a senadora.

O ministro também disse serem mentirosas as denúncias feitas por Buratti sobre doações ilegais na campanha presiden-

cial do PT em 2002, "assim como o caso do dinheiro de Cuba, que é fantasioso", frisou, referindo-se a reportagem publicada na revista Veja no ano passado.

Quanto a Poletto, assinalou que se tratava de um ex-assessor de Ralf Barquete na prefeitura de Ribeirão Preto, a quem mal conheceu. Negou também ter ido à sua casa, adquirida em Brasília, em que eram feitas

reuniões com empresários e onde esteve algumas vezes Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor de Palocci há 17 anos, já ouvido pela CPI.

Ademirson foi apontado no relatório parcial feito pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) por formação de quadrilha, corrupção passiva, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa.

– Questionei Ademirson [...] e ele disse que também estranhou por que muitas das ligações acontecem no mesmo espaço de tempo, o que seria impossível – explicou.

Mas o senador Demostenes Torres (PFL-GO) contestou a afirmação.

– As 1.411 ligações que ele manteve com Poletto e as 841 com Barquete, detectadas na quebra de sigilo telefônico, existiram efetivamente. Nós temos um software que elimina as coincidências – afirmou.

## A participação do ministro Antonio Palocci na CPI dos Bingos

**ACUSAÇÃO**> Propina da Leão Leão, no valor de R\$ 50 mil mensais, para a campanha do PT. **PALOCCI**> "Não teria sentido ter uma contribuição oficial e uma extra-oficial. Se isso tivesse ocorrido eu saberia".

**ACUSAÇÃO**> Pagamento de propina pela GTech para renovar contrato com a Caixa. **PALOCCI**> "Buratti disse que a proposta teria chegado a mim e eu teria recusado, mas não acompanhei o caso GTech. Conversei com [Jorge] Mattoso. A conduta da Caixa no caso foi exemplar".

**ACUSAÇÃO**> Doação de empresários angolanos no valor de R\$ 1 milhão para a campanha presidencial do PT em troca de regulamentação das casas de bingos. **PALOCCI**> "Desconheço qualquer doação desse tipo. Nunca fiz reuniões sobre bingos com qualquer empresário".

**ACUSAÇÃO**> Operação Havana - transporte por Vladimir Poletto de caixas cheias de dólares provenientes de Cuba, destinadas à campanha do PT. **PALOCCI**> "Participei ativamente e integralmente da campanha e nunca houve

dinheiro de Cuba. Não sei o que significou essa viagem. Para mim é um caso fantasioso".

**ACUSAÇÃO**> Processos por supostas irregularidades administrativas. **PALOCCI**> "Toda vez que alguém acha que sou candidato a alguma coisa, esses assuntos aparecem, mas quase todas as acusações já tramitaram na Justiça e acabaram arquivadas". "Essas ervilhas me perseguem há quatro anos", em referência a denúncias sobre licitação para cestas básicas.

**ACUSAÇÃO**> Envolvimento de ex-assessores e de seu assessor especial, Ademirson Ariovaldo, em denúncias. **PALOCCI**> "Não quero julgar ninguém. É preciso esperar pelas investigações".

**ACUSAÇÃO**> Demissão de Juscelino Dourado, seu ex-chefe de gabinete. **PALOCCI**> "Ele pediu para se afastar do ministério porque tinha ficado desgostoso com o ambiente [de denúncias] e sua família ficou chateada. Eu não demitiria Juscelino".

## CRISE POLÍTICA

## Parlamentares pedem em emendas retirada de nomes de ex e atuais dirigentes da Caixa



O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais, e o relator, Garibaldi Alves Filho, preferiram adiar para esta semana a decisão de relatório sobre os contratos Caixa-GTech

# Senadores votam relatório parcial



A apresentação de 12 emendas ao relatório parcial da CPI dos Bingos sobre o caso de renovação de contrato entre a Caixa Econômica Federal e a GTech, em 2003, adiou para esta terça-feira a votação do documento.

O relatório, de autoria do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), aponta supostos crimes e contravenções cometidos por 34 pessoas e três empresas e solicita ao Ministério Público que tome as devidas providências.

Na última quinta-feira, o senador Antero Paes de Barros

(PSDB-MT) apresentou emenda em que pede o indiciamento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Garibaldi disse que não pretende sugerir o indiciamento do ministro nesse parecer, mas ainda não sabe se o fará no relatório final.

Na justificativa da emenda, Antero alega que após o depoimento de Palocci à CPI "ficou claro e evidente que, entre tantas pessoas intimamente ligadas ao ministro, todas envolvidas no escândalo GTech e outros eventos ligados à administração municipal de Ribeirão Preto, necessariamente tem de haver uma pessoa poderosa a dar guarida aos demais".

O senador cita pessoas que su-

postamente estariam envolvidas na renovação do contrato entre a Caixa e a GTech. "Sabe-se hoje que as ações de Rogério Buratti, Vladimir Poletto e Roberto Carlos Kurzweil estavam visivelmente articuladas por alguém que mandava muito no governo, especialmente na Caixa", expôs Antero. O ministro, segundo o senador, teria infringido a Lei 1.079/50, que regulamenta os crimes de responsabilidade.

Pelo menos oito emendas foram apresentadas por Valdir Raupp (PMDB-RO), que, em boa parte delas, procura mostrar que a Cai-

xa teria agido de boa fé na renovação do contrato, principalmente porque esteve refém da tecnologia da multinacional GTech.

O senador também pede que sejam retirados do relatório os nomes de Jorge Mattoso, atual presidente da Caixa; Paulo Roberto Bretas, vice-presidente de logística da Caixa; Carlos Eduardo Fernandes da Silveira, ex-consultor da presidência da Caixa; e José Carlos Alves, gerente nacional de suprimentos.

Já Antero e José Jorge (PFL-PE) querem a exclusão dos nomes dos ex-presidentes da Caixa

Sérgio Cutolo e Emílio Carazai, que comandaram a instituição no governo Fernando Henrique Cardoso.

Em emenda conjunta com os senadores Tião Viana (PT-AC) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Raupp solicita também ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que investigue a atuação da juíza Maisa Giudice, da 17ª Vara da Justiça Federal de Brasília, nas ações impetradas pela GTech contra a Caixa.

Os senadores justificaram que a juíza teria sido responsável pela concessão de liminares a favor da GTech, impedindo que o banco desse prosseguimento aos processos licitatórios relacionados ao gerenciamento lotérico.

## Antero Paes de Barros pede indiciamento do ministro da Fazenda

## Legista confirma tortura de Celso Daniel

A apresentação de slides com imagens das lesões sofridas pelo ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, durante seu seqüestro e morte em janeiro de 2002, chocou os senadores que ouviram do médico legista Paulo Vasques, em depoimento à CPI dos Bingos, a afirmação de que o político foi torturado de maneira a descaracterizar um crime comum.

Vasques assinou com o médico legista Carlos Delmonte, morto em outubro de 2005, o laudo complementar requisitado pela Promotoria Pública que confirma a prática de tortura, explicada por múltiplas lesões. Em laudo preliminar, Delmonte já havia apontado tortura. O prefeito morreu em consequência de traumatismo craniano e tiros no tórax, que teriam sido os últimos ferimentos.

O depoimento de Laércio dos Santos Nunes, o Lalo, que, aos 16 anos, confessou ter sido o autor dos disparos contra Celso Daniel, não confere com a realidade do crime, segundo Vasques. Isso porque o menor disse que mandou o prefeito caminhar cinco metros à frente

e então disparou os tiros com uma pistola 380 mm.

– O prefeito tinha 1,90 metro, o que dificultaria o tiro de longe para uma pessoa menor e com uma pistola. Se alguém fosse executar, com certeza não agiria dessa forma – analisou o legista.

Vasques frisou que a brutalidade não é característica de um crime de latrocínio, seqüestro relâmpago ou convencional.

– A maior probabilidade é de que esse seja um crime de mando – expôs, ao afirmar que “os

legistas ficam constrangidos de ver um crime dessa natureza ser tratado como crime comum”.

Sobre a morte de Delmonte, Vasques assegurou que ele não se suicidou, apesar do quadro depressivo que apresentava, explicando que a morte foi decorrente de asfixia mecânica.

Para os senadores José Jorge (PFL-PE) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), os slides são provas de que houve tortura em consequência de um crime encomendado. O senador Flávio Arns (PT-PR) concorda que o próprio seqüestro seja uma espécie de tortura, mas disse estranhar que uma série de especialistas, entre eles delegados, que estão acostumados com cenas de crimes, não tenha considerado tortura o que houve com o ex-prefeito. Já o senador Tião Viana (PT-AC) observou que o caso precisa de uma resposta convincente, mas ponderou que “partidarizar o crime nunca é adequado”.

– Houve tortura sim, mas não se pode dizer que há envolvimento partidário.



Imagens de tortura do ex-prefeito, mostradas pelo legista Paulo Vasques, chocaram senadores

## Delegados afirmam que crime foi comum, e não político

Os delegados Edson Remigio de Santi, do Departamento de Investigações Criminais de São Paulo (Deic), e José Pinto de Luna, da Polícia Federal, ratificaram os depoimentos prestados à CPI dos Bingos pelos delegados do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) de que a morte de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André, tratou-se somente de um crime comum, e não político. Para os delegados, o assassinato foi consequência de um erro na escolha do alvo por seqüestradores da Favela Pantanal.

O DHPP foi designado para investigar a morte; o DEIC, a quadrilha da Favela Pantanal; e a PF, os contratos da prefeitura de Santo André com empresas do município.

– José Edson da Silva trabalhava no Ceasa e escolheu uma vítima de lá, mas o perderam de vista no dia da ação e acabaram escolhendo a Pajero, onde estava Celso Daniel – disse o delegado Santi.

Segundo ele, o líder da quadrilha, Ivan Rodrigues da Silva, o Monstro, confessou o crime

e queria libertar Celso Daniel, quando descobriu quem era ele, mas Edson da Silva, que comandava o cativo, decidiu matar o prefeito por temer ser reconhecido no futuro.

– Eles eram uma quadrilha de ladrões comuns que passaram a fazer seqüestros, e tinham como característica bater nas vítimas para que relatassem a seus parentes, com vistas ao pagamento do resgate – afirmou Santi.

### PT teria indicado nomes na Polícia Federal

A Polícia Federal, segundo o delegado Luna, entrou na investigação a mando do Ministério da Justiça. Seu nome e o do colega Marcelo Baltazar teriam sido indicados pelo PT. Luna disse que, quando foram interrogar o porteiro do prédio onde Celso Daniel morava, foram questionados por seis pessoas, entre elas o deputado federal Prof. Luizinho (PT-SP). Luna afirmou ainda que eles pediram a Gilberto Carvalho, à época chefe de gabinete de Celso Daniel, para continuar no caso, o que não ocorreu.

CRISE POLÍTICA

Líder do PSDB diz que pesquisa mostra vitória de candidatos de seu partido contra Lula

# Para Virgílio, Lula não tem condições de se reeleger



O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) disse na terça-feira não vislumbrar possibilidade de êxito em uma possível candidatura do presidente da República,

Luiz Inácio Lula da Silva, à reeleição. Segundo ele, embora a reeleição seja um poderoso instrumento, capaz até de sustentar no poder um presidente sem popularidade, não garante o retorno ao cargo do representante de um governo que perdeu a governabilidade.

– Vamos ver se eu estou certo quando as urnas se abrirem. Eu entendo seu esforço inglório de vender a alma ao diabo e tentar se reeleger. Mas seu governo não tem governabilidade e a sociedade brasileira já é madura o suficiente para não se meter em aventuras. Se pudesse lhe fazer uma pergunta seria: presidente, se eleito, com quem governará? – disse.

Para o líder do PSDB, os percentuais de “trinta e pouco por cento” atingidos por Lula nas recentes pesquisas de in-

tenção de voto para presidente denotam sua falta de popularidade. Ele comparou esses índices aos de Fernando Henrique Cardoso, quando candidato à reeleição em 1998, que atingiram o mínimo de 51%, nos momentos de menor popularidade, mas que foram suficientes para garantir a vitória. Segundo Arthur Virgílio, pesquisa encomendada pelo seu partido registra que Lula perderia no segundo turno tanto para José Serra quanto para Geraldo Alckmin, possíveis candidatos do PSDB.

O senador lamentou ainda os índices de crescimento econômico alcançados pelo país nos últimos anos, segundo ele,



Arthur Virgílio afirma que sociedade brasileira é madura o suficiente para não se meter em aventuras

inferiores à média internacional. A seu ver, o governo Lula não soube aproveitar “o mais virtuoso momento da economia internacional” para garantir um desenvolvimento sustentado.

## Renan: distinção entre ato de governo e eleitoral

O presidente do Senado, Renan Calheiros, concordou na segunda-feira com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e futuro presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello, que sugeriu ao presidente Lula que tome cuidado para não confundir ato de governo com ato eleitoral, dando o exemplo para os demais candidatos às eleições de outubro.

– Esse cuidado, todo homem público tem que ter. Os senadores, os deputados, os ministros, o presidente da República, todos nós que podemos ser candidatos ou exercemos mandato temos que ter. Em relação às prévias do PMDB, Renan disse que a decisão deve ser fruto de uma longa e ampla negociação

– Acho que todo mundo tem, mais do que nunca, que trabalhar pela coesão, a unidade e o fortalecimento do partido, para que, sendo forte regionalmente, seja forte também nacionalmente – afirmou.

Renan observou ainda que dificilmente haverá aliança entre dois grandes partidos nas próximas eleições para a Presidência da República, do tipo em que um partido indica o vice para outro.

– Não há esse quadro. Todo mundo quer candidatura própria – frisou.

## Matéria de revista provoca polêmica entre senadores

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), se disse “preocupado e chateado” com matéria publicada semana passada na revista Veja. De acordo com o semanário, parlamentares da oposição estariam se articulando para chantagear Mercadante a partir de acusações de seu envolvimento com o vale-rioduto e as contas clandestinas do publicitário Duda Mendonça. O objetivo seria poupar o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) do processo de cassação de mandato.

– Não acredito que isso [a articulação para chantageá-lo] tenha ocorrido. Não vejo como essa atitude poderia ter sido adotada pelos senadores da oposição – declarou Mercadante ao discursar em Plenário na terça-feira.

Segundo a revista, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), seria um dos participantes da articulação, que envolveria



José Agripino diz que relação com Mercadante se baseia em lealdade

parlamentares do PFL e do PSDB. Mercadante disse não acreditar no envolvimento de Virgílio.

Em aparte ao discurso do líder do governo, Eduardo Azeredo informou que havia enviado

carta à revista Veja “manifestando estranheza” em relação aos trechos da matéria que o citam.

– Não corresponde à verdade o que está lá escrito – disse Azeredo.

### Líder do PFL nega busca de acordo

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), contestou informações da revista Veja de que senadores da oposição teriam traçado uma estratégia para poupar o deputado Roberto Brant (PFL-MG) e o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), em troca do mesmo tratamento para Aloizio Mercadante.

Agripino confirmou a realização de uma reunião no gabinete da liderança do PFL no Senado, na semana anterior, com integrantes da CPI dos Bingos das

bancadas do PFL e do PSDB, mas negou que o teor das conversações tenha sido aquele publicado pela revista.

– Nós tratamos na reunião especificamente de dois assuntos: de uma posição conjunta do PFL e do PSDB, que não concordam com a antecipação do fim dos trabalhos da CPI, e da uniformização dos discursos, da linguagem – explicou o senador.

Agripino rechaçou a versão de que a oposição estaria chantageando Mercadante e enfatizou que sua relação com o líder do governo se baseia em lealdade e franqueza. Também refutou a informação da revista de que, num dado momento da reunião, o senador Azeredo teria deixado a sala para evitar constrangimentos, pois os senadores estariam discutindo o destino dele. Segundo Agripino, Azeredo participou normalmente da reunião e emitiu opiniões.

## Sibá Machado relata visita de Lula e ministros ao Acre

Sibá Machado (PT-AC) relatou na quinta-feira a visita do presidente Lula ao Acre, no final da semana anterior. Na ocasião, além de inaugurar a ponte que liga o Brasil ao Peru, Lula anunciou a liberação de recursos e a assinatura de convênios para novos assentamentos rurais alcançando todos os municípios do estado.

Sibá lembrou que, desde a criação do Acre, apenas quatro presidentes, em dez oportunidades, foram ao estado. Dessas dez visitas, ressaltou, seis foram feitas por Lula. O senador registrou a presença de diversos ministros do governo na comitiva que acompanhou o presidente, destacando o comparecimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci: “A presença foi um símbolo para o estado, que, pela primeira vez, recebeu um ministro desta pasta”.

## ACM pede a Renan providências contra documento da Caixa

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) encaminhou à Mesa do Senado, na terça-feira, documento da Caixa Econômica Federal, recebido por chefes de gabinete de deputados e senadores, que contesta o relatório parcial da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos. O senador quer que o presidente do Senado, Renan Calheiros, analise o documento e barre sua divulgação no Senado, caso o julgue ofensivo. Para ACM, o documento da Caixa contém agressões à CPI e ao relator, Garibaldi Alves (PMDB-RN), e deve ser repudiado. Em seu relatório, Garibaldi indicia vários gestores da Caixa pelo relacionamento com a empresa GTech.

## José Jorge vê caso Celso Daniel esclarecido pela CPI dos Bingos

O líder da Minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), está convencido de que a CPI dos Bingos já esclareceu três questões fundamentais ligadas à morte do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel: a confirmação de que o crime foi de mando, e não comum; a existência de uma “operação abafa”, conduzida por petistas para esconder a real motivação do crime; e a comprovação de um esquema de corrupção na prefeitura.

– Acho que a CPI não deve mais investigar esse crime. Como tudo já é sabido, deve encaminhar logo relatório ao Ministério Público para agilizar a punição dos culpados – declarou. As impressões do senador foram influenciadas pelos depoimentos do médico-legista Paulo Vasques e do delegado da Polícia Federal José Luna.

## Mão Santa condena gastos do governo com fotocópias

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo Lula por gastar mais com fotocópias do que no programa de combate à fome. Citando informações divulgadas pela imprensa, o senador disse que no triênio 2003/2005 os ministérios gastaram cerca de R\$ 282 milhões com o pagamento de fotocópias, cerca de R\$ 94 milhões por ano, enquanto que o Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelos programas sociais do governo, gastou em 2005 apenas R\$ 87,4 milhões. Com isso, lembrou Mão Santa, quem está ganhando são os catadores de lixo do Distrito Federal, que consideram a Esplanada dos Ministérios um dos locais mais lucrativos para a categoria.

– Agora entendi: esta é a fórmula do governo petista de investir no social, de forma indireta – ironizou o senador, que confessou que a política do governo é um mistério para ele. De acordo com Mão Santa, em Guaribas, no Piauí, onde foi lançado o programa Fome Zero, o PMDB ganhou do PT nas eleições municipais. Em apartes, José Jorge (PFL-PE) e Jefferson Péres (PDT-AM) elogiaram o discurso de Mão Santa.

EDUCAÇÃO Novo fundo, voltado à educação básica, terá duração de 14 anos; investimento chegará a R\$ 50 bi ao ano

# Câmara aprova Fundeb em 1º turno



Após meses de negociação entre deputados, ministérios da Educação e Fazenda e movimentos

sociais, a Câmara aprovou, em primeiro turno, por 457 votos a 5, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que financiará o ensino básico (creche e pré-escola, ensinamentos fundamental e médio).

O novo fundo vigorará por 14 anos e terá implantação gradual, alcançando o total de R\$ 50,6 bilhões anuais em seu quinto ano de vigência, quando a União deverá estar colaborando com no mínimo 10% desse montante. Antes disso, prevê o texto aprovado – e que deverá chegar ao Senado nesta semana –, os repasses federais serão de R\$ 2 bilhões no primeiro ano, R\$ 2,85 bilhões no segundo, R\$ 3,7 bilhões no terceiro e R\$ 4,5 bilhões no quarto ano.

O Fundo do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em vigor atualmente, investe só no ensino fundamental, ao passo que o Fundeb vai contemplar também o infantil e o médio, ou seja, a educação básica como um todo. No atual Fundef, o Ministério da Educação investe, em média, R\$ 570 milhões por ano.

Também foi aprovada emenda determinando que a distribuição das cotas estaduais e municipais da arrecadação do salário-educação seja proporcional ao número de alunos matriculados. A emenda também proíbe a União de usar os recursos do salário-educação para complementar as verbas do

Fundeb. Estados e municípios, por sua vez, somente receberão os recursos do Fundeb para aplicar nos níveis de ensino de suas competências.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, saudou a maturidade de todos os partidos, em especial os de oposição, que entenderam a importância da proposta para melhorar a qualidade da educação para as próximas gerações. “É uma proposta que diz respeito ao país e não a um governo”, frisou.

O relator do Orçamento da União, deputado Carlito Merss (PT-SC), garantiu ao ministro a inclusão de R\$ 1,1 bilhão para o financiamento da educação básica no próximo ano. O líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), comprometeu-se a reivindicar junto ao Executivo a inclusão das matrículas das creches mantidas por entidades sem fins lucrativos no cálculo dos valores do Fundeb.

## Plenário prorroga Fundef até 2016

A proposta prevê que 60% dos recursos sejam utilizados no pagamento dos professores, a criação de um plano nacional de carreira e a fixação de um piso salarial nacional para os professores (vital para os municípios mais pobres, em especial do Nordeste, onde o professor da educação básica, muitas vezes, ganha menos de um salário mínimo).

A emenda constitucional também garante um aumento de recursos no Fundeb para incluir os alunos das creches – R\$ 200 milhões para atender a cinco milhões de crianças de até 3 anos de idade



Crianças de até 6 anos estão entre os novos beneficiários do fundo de apoio à educação básica

DAIANI MISTIERI LIMA/VALEVERDE (ONG)

ao final de quatro anos.

O Plenário do Senado aprovou, em segundo turno, substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) à PEC 29/02, do ex-senador Francisco Escórcio, que amplia a vigência do Fundef até 2016. A matéria, que segue para a Câmara, obriga os entes federados a aplicar no mínimo 60% dos recursos destinados à educação na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental até 2016. O autor da matéria comemorou a aprovação. Para ele, o Fundef beneficia especialmente pequenos municípios.

## O Fundeb em números

- **14 anos** será o período de vigência do novo fundo (de 2006 a 2019)
- **R\$ 50,6 bilhões** anuais serão aplicados a partir do 5º ano
- **60%** dos recursos serão destinados ao pagamento de professores
- **47,2 milhões** de alunos da educação básica serão beneficiados (ensinos infantil, fundamental e médio, de jovens e adultos e especial)



## Ensino fundamental terá nove anos

O Plenário do Senado aprovou, em regime de urgência, projeto de lei da Câmara (PLC 144/05) que amplia de oito para nove anos a duração do ensino fundamental, o que tornaria obrigatória a matrícula das crianças na escola a partir dos seis anos de idade. O projeto, que agora vai à sanção presidencial, havia sido aprovado antes na Comissão de Educação, com base em parecer favorável do senador José Jorge (PFL-PE), relator da matéria.

Segundo José Jorge, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) já fixa em seis anos a idade

para o início do ensino fundamental, mas não torna obrigatória a duração de nove anos. Por isso, a seu ver, o atual projeto tem o mérito de ajustar o texto da lei ao desejo de aumentar a duração do ciclo fundamental, que, conforme a proposição, deverá ser implantada até 2010 pelos municípios, pelos estados e pelo Distrito Federal.

Como consequência disso, até 2010 precisará ser feita uma adaptação das próprias pré-escolas, que passariam a receber alunos de quatro e cinco anos.

Na Comissão de Educação, a maioria dos senadores – a come-

çar do próprio relator – destacou, entre os méritos da proposta, o de reduzir a distância entre o ensino oferecido a crianças de classes sociais diferentes.

– Entre as famílias de maior renda, já existe uma prática bastante difundida de se antecipar o início da escolarização fundamental. Os censos escolares têm identificado a existência de classes de alfabetização com crianças de seis e de cinco anos, além de recentes propostas de organização do ensino fundamental em três ciclos de três anos cada, totalizando os nove anos, com início aos seis anos de idade.

Para o senador Flávio Arns (PT-PR), o período de nove anos de ensino fundamental obrigatório é uma “bandeira histórica de todos os setores ligados à educação”.

– Em termos de classes média e alta, a ampliação é o que já vem acontecendo, pois as crianças vão para a escola aos seis, cinco ou até quatro anos de idade – lembrou.

Em Minas Gerais, informou Eduardo Azeredo (PSDB-MG), já se adotou o período de nove anos com “resultados positivos”. A proposta também foi elogiada pelos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Fátima Cleide (PT-RO), autora do requerimento de urgência.

## Recursos virão de 20% da arrecadação de impostos

O Fundeb, que será constituído por 20% da arrecadação de uma cesta de impostos e transferências constitucionais de estados e municípios e de uma parcela de complementação da União, vai atender 47,2 milhões de alunos da educação básica (infantil, fundamental e média, de jovens e adultos e especial). A emenda que cria o Fundeb prevê vigência de 14 anos, de 2006 a 2019.

O atual Fundef trabalha com quatro faixas de valores por aluno/ano. O Fundeb terá 11 faixas: educação infantil, 1ª a 4ª série urbana, 1ª a 4ª série rural, 5ª a 8ª série urbana, 5ª a 8ª série rural, ensino médio urbano, ensino médio rural, ensino médio profissionalizante, educação de jovens e adultos, educação especial, educação indígena e de quilombolas.

Além de garantir mais recursos para a remuneração dos professores, o Fundeb abrirá mais vagas nas escolas, especialmente na pré-escola, no ensino médio e na educação de jovens e adultos; possibilitará a melhoria da infra-estrutura das

escolas; e a formação continuada dos professores de toda a educação básica, não apenas do ensino fundamental, como ocorria com o Fundef. Veja algumas outras inovações do fundo:

- Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional;
- Garantia, para o ensino fundamental, de valores mínimos não inferiores aos praticados pelo Fundef;
- Autorização para movimentação dos recursos do Fundeb por meio de contas em bancos oficiais estaduais. [No Fundef, a movimentação é feita apenas pelo Banco do Brasil (BB); o repasse continuará sendo feito pelo BB];
- Previsão de 4 anos para exclusão gradativa de inativos e pensionistas da folha de pagamento do Fundeb;
- Aperfeiçoamento de regras de controle e fiscalização dos recursos do fundo, como a integração do Conselho do Fundeb ao Conselho Municipal de Educação nos municípios com até 50 mil habitantes.



José Jorge (D) conversa com Marco Maciel: senadores destacaram mérito de reduzir distância entre ensino para ricos e pobres

JOSÉ CRUZ

## COMISSÕES

# Aprovados oito pedidos de empréstimos externos



O prefeito João Coser (E), Jorge Khalil, do Tesouro, Luiz Otávio e governador Paulo Hartung

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou pareceres favoráveis a oito mensagens do Executivo que pedem autorização do Senado para a contratação de crédito externo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (o Banco Mundial) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Todas as matérias foram acolhidas posteriormente pelo Plenário.

Uma das propostas (MSF 235/05) solicita autorização para empréstimo de US\$ 658,3 milhões do Bird para reformas do setor de Previdência Social. O relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), informou que o déficit da Previdência Social, no ano passado, foi de R\$ 38 bilhões e disse acreditar que investimentos contribuirão para modernizar o sistema operacional previdenciário.

A CAE acolheu ainda parecer favorável à Mensagem 73/06, relatada pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que autoriza empréstimo de até US\$ 49,2 milhões entre a Bahia e o Bird, para financiamento parcial do Programa Viver Melhor II, voltado para áreas carentes de Salvador e outros municípios baianos.

Outra mensagem (MSF 7/06), com parecer do senador Mão Santa (PMDB-PI), autoriza empréstimo do Bird ao Distrito Federal, de US\$ 57,6 milhões, parte do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do DF, o Brasília Sustentável.

A MSF 15/06 recebeu parecer favorável de Osmar Dias (PDT-PR) que autoriza o Espírito Santo a tomar US\$ 73,5 milhões junto ao BID para custear parcialmente o programa rodoviário do estado. O governador do Espírito Santo,

Paulo Hartung, e o prefeito de Vitória, João Coser, estiveram na comissão.

Foram aprovadas ainda as Mensagens 8/06 e 14/06, respectivamente sobre empréstimos externos do BID para São Bernardo do Campo (SP) – US\$ 72 milhões para financiar o programa de transporte urbano municipal –, relatado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA); e US\$ 9 milhões para o estado de São Paulo, para desenvolver o ecoturismo na Mata Atlântica.

Por fim, o governo federal foi autorizado pela CAE (MSF 5/06) a tomar dois empréstimos junto ao Banco Mundial: US\$ 4 milhões para o setor de habitação e US\$ 8 milhões para desenvolvimento humano.

O secretário-adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional, Jorge Khalil Miski, compareceu à reunião da CAE e acompanhou a votação das matérias.



Senadores Gerson Camata e Patrícia Saboya discutem mensagens de crédito externo aprovadas pela CAE

## Indicado para dirigir Ancine obtém apoio

O aumento da produção audiovisual brasileira e a ampliação da participação de obras nacionais no mercado doméstico são as prioridades de Leopoldo Nunes da Silva Filho, cuja indicação para diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine) recebeu parecer favorável da Comissão de Educação (CE). Acolhida por unanimidade, a

mensagem presidencial foi a exame do Plenário em regime de urgência, sendo aprovado na quinta-feira.

Leopoldo quer maior aproximação entre o cinema brasileiro e as empresas de TV aberta e por assinatura. Ele observou que, com a distribuição de DVDs, as televisões respondem por cerca de 70% da economia relativa à

indústria do cinema.

– O público brasileiro ama o seu cinema, e a televisão pode aumentar a participação das obras nacionais em suas grades de programação – sustentou Leopoldo.

Ele propôs ainda a ampliação do número de salas de cinema. Lembrou que esse número chegou a 4 mil na década de 80, sofreu profunda redução na década seguinte e somente voltou a crescer nos últimos anos, especialmente por causa da construção de cinemas em shopping centers. Hoje, existem aproximadamente 2 mil salas em funcionamento.

Atual diretor de Patrocínios da Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência, Leopoldo iniciou sua aproximação com o cinema como programador e exibidor do Cineclube Cauim, de Ribeirão Preto (SP), em 1984. Fez curso de Roteiro e Dramaturgia em Cuba e dirigiu, além de diversos curta-metragens, o longa-metragem *Aparecido das Águas*. Ele também foi convidado para encerrar o Festival de Brasília de 2005.

Leopoldo afirmou que não conhecia detalhes do anteprojeto de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), suspenso em função da forte reação da oposição ao seu caráter supostamente intervencionista e totalitário. O diretor limitou-se a defender o debate sobre os “marcos legais” que deverão reger a produção audiovisual, diante da expansão de novas tecnologias.

## CCJ acata proposta que moderniza ensino na Marinha

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto do Executivo (PLC 139/05) que dispõe sobre o ensino na Marinha. O relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), informou que a proposta tem a finalidade de modernizar a atual legislação sobre o ensino naval (Lei 6.540/78). A matéria segue para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A votação do projeto, que estabelece o marco regulatório do gás natural (PLS 226/05), do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), foi adiada para esta semana, a pedido do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que pretende tentar uma “última negociação” da matéria. A proposta

tramita em conjunto com o PLS 100/04 e o PLS 101/04, ambos do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), e ainda será examinada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), em decisão terminativa.

Na mesma reunião, em votação secreta, foram aprovados quatro nomes indicados pela Presidência da República para ministros no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os juízes Horácio Raymundo de Senna Pires, da 5ª Região (BA); Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, da 10ª Região (DF); Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, da 3ª Região (MG); e Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, da 4ª Região (RS) foram depois confirmados pelo Plenário.

## Comissão aceita indicação de dois embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) acolheu por unanimidade as indicações de dois embaixadores. Paulo Américo Veiga Wolowski teve seu nome aprovado para assumir a embaixada na Bulgária e, cumulativamente, na Macedônia e na Bósnia-Herzegovina. Já Carlos Alberto Ferreira Guimarães irá dirigir a embaixada na República do Gabão e, cumulativamente, no Congo.

O parecer favorável à indicação de Wolowski é do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e o de Ferreira Guimarães, do senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG). Os nomes serão agora examinados pelo Plenário.

## Ministro debaterá tapa-buraco com senadores

Aprovado requerimento do senador José Jorge (PFL-PE), pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que convida o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Mauro Barbosa da Silva, para debater a operação tapa-buraco. A audiência deverá ocorrer nesta semana, possivelmente em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Também foi acolhido requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que convida o ministro das Cidades, Márcio Fortes, para discutir a liberação de recursos para o ministério. Não há data marcada para a reunião.



Comissão de Educação debate indicação do novo diretor da Ancine, Leopoldo Nunes da Silva Filho (penúltimo à direita)

ORÇAMENTO CMO deve se reunir nesta segunda-feira para retomar a discussão e votação dos relatórios setoriais

# Comissão faz esforço concentrado

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) promoverá esforço concentrado a partir desta segunda-feira. O relator-geral do projeto do Executivo, deputado Carlito Merss (PT-SC), afirmou, após reunião de representantes partidários no colegiado, na última quinta-feira, que agora há clima para acelerar os trabalhos e votar o Orçamento de 2006 ainda na convocação extraordinária, que se encerra em 14 de fevereiro.

Nesta segunda-feira, às 19h, a comissão deve retomar a discussão dos relatórios setoriais. Dos dez, foram votados até agora apenas dois – o da Agricultura e Desenvolvimento Agrário, aprovado no fim de dezembro, e o da Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes, acolhido semana passada.

Pressões dos partidos e bancadas estaduais por emendas para mais investimentos motivam o atraso no andamento da pro-

posta. Colaboram ainda para o retardamento cobranças visando à liberação de verbas atreladas ao Orçamento anterior.

Apesar do otimismo de Merss, está difícil, no entanto, compatibilizar as receitas com as demandas – a começar por aquelas que o governo deixou para ser equacionadas pelo Congresso. Caso do reajuste do salário mínimo e da correção da tabela do Imposto de Renda (IR), que juntos devem consumir R\$ 6,6 bilhões.

Merss também pretende indicar, para os servidores, níveis de reajustes de modo a fazer com que todas as categorias possam acumular uma variação salarial de 29% no atual governo. Com isso, as despesas orçamentárias crescem em mais R\$ 3,5 bilhões. Só a soma dos gastos com o Imposto de Renda e o reajuste do mínimo já consome os R\$ 10 bilhões de receitas extras estimadas para este ano.

Faltam recursos, ainda, para



FOTOS: JOSÉ CRUZ

Decisão de acelerar votações foi adotada em reunião entre lideranças e Gilberto Mestrinho (D)

implantar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e compensar os estados pela desoneração tributária nas exportações, conforme a Lei

Kandir. Outro foco de pressão está na área da saúde, com a cobrança de mais R\$ 1,4 bilhão para complementar recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Entre as reduzidas alternativas com as quais pode contar o

relator-geral do Orçamento está a possibilidade de confirmar receitas extras adicionais para este ano, com a criação da Super-Receita e aumento de R\$ 1 bilhão na arrecadação da Agência Nacional do Petróleo (ANP).



Carlito Merss espera que projeto seja votado ainda durante a convocação extraordinária

## Relator-geral admite mais recursos para a Saúde

Compromisso assumido pelo relator-geral da proposta orçamentária para 2006, deputado Carlito Merss, de acatar pleito da Frente Parlamentar da Saúde (FPS), vai ajudar a destravar os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento. Merss admitiu incorporar em seu parecer recomendação para a transferência ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de despesas de R\$ 2,1 bilhões para ações de combate a carências nutricionais, do programa Bolsa-Família, mas que foram atreladas pelo governo ao orçamento da pasta da Saúde.

A leitura do relatório setorial da Saúde foi iniciada na manhã de quinta-feira, mas terminou interrompida por pressão do deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), que lidera a frente parlamentar. Ele ameaçou obstruir os

trabalhos. Além do remanejamento da despesa com gastos nutricionais para o MDS, foi também cobrado do relator um compromisso em relação à suplementação de despesas do Sistema Único de Saúde (SUS), de mais R\$ 1,4 bilhão.

De acordo com o sub-relator da área, deputado Cláudio Cajado (PFL-BA), ainda há este "rombo" na previsão de gastos do SUS com o atendimento hospitalar de média e alta complexidade, para a cobertura do piso de atenção básica à saúde e para a compra de remédios excepcionais (medicamentos de alto valor e uso continuado para a população). Merss garantiu que faria o possível para ampliar a dotação, mas evitou se comprometer desde logo com a concessão do valor solicitado.

Dos oito relatórios parciais pendentes de votação na Comissão Mista de

Orçamento, que tem como presidente o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), apenas dois ainda dependem de leitura no colegiado – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, e Infra-Estrutura. Já foram apresentados, e aguardam votação, os relatórios setoriais sobre Trabalho, Previdência e Assistência Social; Saúde; Integração Nacional e Meio Ambiente; Poderes de Estado e Representação; Planejamento e Desenvolvimento Urbano; e Justiça e Defesa.

Os relatórios setoriais servirão para orientar a preparação do parecer final sobre a proposta de Orçamento, que será elaborado pelo relator-geral. Depois da aprovação do texto da lei orçamentária pela CMO, a proposta será submetida a deliberação do Congresso Nacional, em sessão conjunta.

## Cobranças por mais dinheiro para despesas setoriais

A Comissão Mista de Orçamento finalizou na quarta-feira a leitura dos relatórios setoriais de Saúde e de Integração Nacional e Meio Ambiente à proposta orçamentária de 2006. A falta de acordo entre governo e oposição com relação a transferência de verbas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) para o Bolsa-Família – dentro da área temática de Trabalho, Previdência e Assistência Social – impediram a votação de outros relatórios já em fase de deliberação final.

Na tarde de quinta-feira foi concluída a leitura dos relatórios setoriais das áreas temáticas de Poderes do Estado e Representação, e de Justiça e Defesa. Com a leitura dos textos pelos relatores – senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e deputado Amauri Gasques (PL-SP) respectivamente. Dentro do orçamento de R\$ 6,1 bilhões do Poder Legislativo, R\$ 2,959 bilhões caberão à Câmara, R\$ 2,378 bilhões ao Senado e R\$ 856,4 milhões ao Tribunal de

Contas da União.

O sub-relator de Infra-Estrutura, deputado José Priante (PMDB-PA), justificou na comissão, em reunião na quarta-feira, que ainda estava sem condições de apresentar relatório para as despesas no setor porque lhe faltariam R\$ 250 milhões para suprir as emendas coletivas (bancadas estaduais e comissões) apresentadas.

Também espera mais recursos o sub-relator de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA). Ele quer ainda ampliar gastos em projetos na área de turismo, este ano, conforme justificou, com volume inédito de emendas. Outra pendência diz respeito às compensações para os estados, referentes às isenções tributárias da Lei Kandir. O parlamentar alocou apenas R\$ 3,4 bilhões para essa despesa, sob a promessa de que, no relatório final, o deputado Carlito Merss chegue aos R\$ 5,4 bilhões repassados pelo governo em 2005.

### Pavan cobra a liberação de recursos para SC

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou na quinta-feira que o Congresso Nacional tem que encontrar uma maneira legal para garantir a liberação dos recursos, pelo governo federal, das emendas parlamentares à lei orçamentária. Ele disse que esperava a liberação, ainda naquele dia, de 20 emendas individuais de sua iniciativa ao Orçamento do ano passado para atender às necessidades de diversos municípios de seu estado.

### Heráclito condena alteração de emenda para Teresina

Depois de sustentar a "saturação do modelo orçamentário brasileiro", Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que, este ano, extrapolou-se no desrespeito aos termos acordados e aprovados pelo Congresso Nacional em relação ao Orçamento da União. A indignação do senador decorreu do fato de ter sido desviada para o governo do Piauí emenda parlamentar no valor de R\$ 12 milhões, que se destinava à prefeitura de Teresina, para revitalização do centro da capital.

### Gilvam pede a prefeitos que finalizem projetos

Ao lembrar que o Congresso deverá aprovar nas próximas semanas o Orçamento da União deste ano, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu aos prefeitos do Amapá e ao governador do estado, Waldez Góes, que finalizem projetos de interesse da população que podem ser financiados com recursos federais. Ele observou que para os parlamentares conseguirem liberar verbas orçamentárias é necessário que projetos para a aplicação do dinheiro sejam encaminhados aos seus representantes.

### Demostenes aponta ineficácia das leis orçamentárias

Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou, em discurso da tribuna, na segunda-feira, que as três peças que formam o Orçamento da União são ineficazes. Ao citar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), o senador disse que lamentou que essas normas sejam documentos absolutamente sem valor. Segundo argumentou,

os projetos e recursos empenhados nessas peças podem ser cancelados a qualquer momento pelo governo federal, "o que acaba fazendo delas instrumentos de barganhas políticas".

– O Orçamento, que é a peça de discussão fundamental de qualquer parlamento mundial, que paralisa a sociedade, no Brasil infelizmente não serve para nada – criticou.

REAJUSTE Reunião também decidiu pelo reajuste em 8% da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física

# Mínimo de R\$ 350 deve vigorar em abril

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou na terça-feira, no Plenário, que o valor do salário mínimo proposto pelo governo é de R\$ 350, com reajuste antecipado de maio para abril. A decisão foi tomada em reunião com as centrais sindicais e líderes da base do governo com o presidente Lula. O senador disse que o reajuste, de 16,7%, representa um ganho real de 13%. Na reunião, ficou decidido também que a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física será reajustada em 8%.

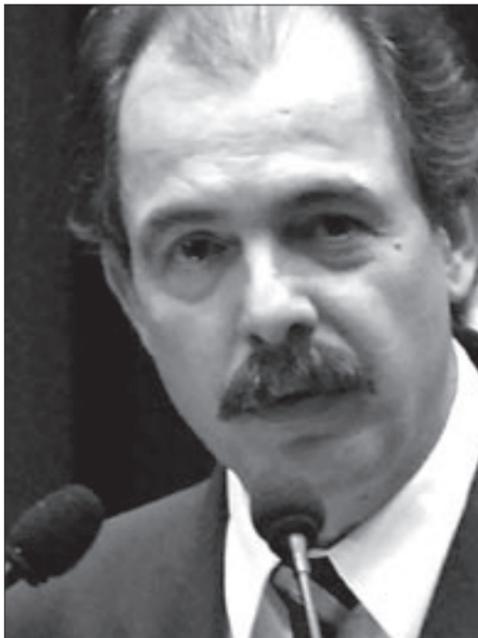
O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) considerou histórico o aumento do salário mínimo, em razão do reajuste real que foi concedido. De acordo com o Ministério do Trabalho, este foi o maior aumento dos últimos dez anos. Paulo Paim (PT-RS) elogiou a atitude do presidente Lula, que anunciou a intenção de enviar ao Congresso um projeto de lei definindo regras para uma política permanente do salário mínimo, mesmo objetivo da Comissão Mista do Salário Mínimo, da qual Paim é relator.

Já a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) calculou que Lula teria que aumentar para R\$ 541 se decidisse cumprir a promessa de campanha de dobrar o poder de compra do salário mínimo. Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que era preciso fazer jus aos avanços do governo Lula, ressaltando que o salário mínimo nesse valor supera US\$ 100, atingindo US\$ 150. Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou o fato de o presidente

Lula não ter cumprido a promessa de campanha de dobrar o valor do salário mínimo, descontada a inflação.

Na avaliação do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), ao afirmar em 2002 que iria dobrar o poder de compra do mínimo, Lula "ganhou votos de maneira leviana, pois não cumpriu o que prometeu".

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), explicou que não foi possível chegar a um ganho real superior a 13% pelo risco de se inviabilizar investimentos e provocar impacto nas contas da Previdência Social. Romero Jucá (PMDB-RR) lembrou o transcurso dos 83 anos da Previdência Social no Brasil e frisou que, coincidentemente, a comemoração se deu no mesmo dia do anúncio do novo valor do salário mínimo. Para a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o reajuste do mínimo terá um impacto positivo, ajudando a diminuir as desigualdades sociais. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) salientou que o novo mínimo beneficiará cerca de 40 milhões de trabalhadores e de segurados da Previdência.



Mercadante anuncia decisão tomada por Lula, centrais sindicais e líderes governistas

O senador José Agripino (PFL-RN) disse que o presidente Lula "não tem direito de vangloriar-se de coisa nenhuma; ao contrário, ele tem que pedir desculpas ao povo brasileiro por ter sido incompetente e não ter criado as condições de viabilizar aquela que era cláusula pétrea do seu governo: dobrar o valor do salário mínimo". Já Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o fato de o governo ter chegado a um acordo com as centrais sindicais sobre o valor do mínimo. Em tom irônico, Antero Paes de Barros (PSDB-MT) observou que todos deveriam reconhecer que o presidente Lula conseguiu fazer com que o Brasil crescesse 1% a mais que o Haiti.

## Renan defende política permanente para reajustes

Em entrevista coletiva à imprensa, o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a criação de uma política permanente para os reajustes do salário mínimo, que recomponha o poder de compra e que seja implementada juntamente com a isenção dos produtos que compõem a cesta básica.

– Eu entendo que precisamos ter o maior salário [mínimo] que a economia puder pagar – afirmou.

Para Renan, é possível atingir um valor para o salário mínimo maior que o conseguido no início do Plano Real. "Nós temos estudos que demonstram isso", revelou. Ele disse que a data (abril ou maio) para o reajuste é apenas um detalhe. A seu ver, o importante é que essa definição seja consequência de uma negociação e se configure em uma política permanente de reajuste.

– Essa coisa não pode ser circunstancial, apenas por um ano. O salário mínimo, com exceção deste ano [2006] e do ano passado [2005], vem perdendo poder de compra ao longo dos últimos anos no Brasil – assinalou.

Perguntado sobre a anunciada construção do anexo 3 do Senado, Renan esclareceu que essa obra é uma decisão antiga da Mesa diretora, já consta do Plano Plurianual de Investimento (PPA) e tem recursos previstos no Orçamento Geral da União. Ele acrescentou que o Senado foi o único órgão público que ainda não havia construído anexo.

– O Senado, hoje, tem comissão que não tem lugar para funcionar. Quando Brasília foi construída, Niemeyer já havia previsto a expansão do Senado. É uma necessidade – concluiu.

## Paim pede que aposentados e pensionistas sejam beneficiados

O senador Paulo Paim (PT-RS), relator da Comissão Mista do Salário Mínimo, disse que a comissão vai lutar pela aprovação de uma política permanente de reajuste do mínimo que beneficie também aposentados e pensionistas. Paim lembrou a passagem, na terça-feira, do Dia dos Pensionistas, defendendo a extensão do percentual de reajuste do salário mínimo a esses e aos aposentados que, afirmou, há anos vêem seu nível de renda diminuir.

– A comissão vai ter que insistir nesse debate, ela precisa ir além do salário mínimo. Não

interessa apenas valorizar o mínimo, pois quem se aposenta hoje recebe menos trinta por cento em média do que recebia na ativa. É preciso uma política que também garanta o mesmo poder de compra que havia no ato da aposentadoria – argumentou.

Paim anunciou que a comissão deve ouvir todos os setores da sociedade e ainda acompanhar o debate sobre o déficit da Previdência Social. Ele também defendeu a desoneração dos tributos incidentes sobre produtos da cesta básica, o que representaria um aumento real do mínimo.

## Ministro quer projeto de lei para aumento

Em audiência pública na Comissão Mista do Salário Mínimo, na quarta-feira, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, prometeu encaminhar ao presidente Lula a proposta da comissão para que o novo salário mínimo de R\$ 350 seja instituído por projeto de lei e não por medida provisória (MP).

Marinho defendeu a manutenção do salário mínimo como o indexador do piso para os benefícios da Previdência. Ele disse concordar com a proposta do senador Paulo Paim (PT-RS) de que o cálculo da contribuição das empresas para a Previdência seja feito sobre o faturamento e não sobre a folha de pagamento como ocorre atualmente.

– Basta analisar a evolução do valor da folha de pagamento e do faturamento de grandes empresas para ver como a folha de pagamento tem sido cada vez menor em relação ao aumento do faturamento – disse.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) levantou a questão da indexação dos pagamentos da

Previdência ao salário mínimo. Azeredo já havia alertado para as dificuldades de aumentar o valor real do salário e mantê-lo como indexador da Previdência. Ele frisou ainda que o aumento do mínimo é elogiável, lembrando a participação da oposição no processo de negociação.

### Poder de compra como base para reajuste

O ganho real de cerca de 13% para o salário mínimo não poderá ser mantido como base permanente, na opinião do ministro Marinho. Os critérios de reajuste permanente do salário mínimo, segundo Marinho, devem ser baseados no poder de compra.

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) propôs o reajuste do salário mínimo de acordo com o aumento do PIB. Por sua vez, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que, além do salário mínimo, existem outras formas de aumentar o poder de compra da população. Além de defender o aumento real do salário mínimo, Suplicy disse ser



Luiz Marinho (E) concorda com proposta de Paim (D) sobre cálculo de contribuição à Previdência

necessário o aumento do valor dos programas de transferência de renda como uma forma de aumentar o poder de compra da população pobre.

A estimativa do impacto direto do aumento do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350 é a ampliação, em R\$ 11 bilhões, da massa de rendimentos de milhões de trabalhadores e beneficiários da Previdência que ganham até um salário mínimo. Isso resultará num aumento de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação de impostos graças ao aumento do poder de compra, disse o ministro.

## Comissão Mista do Salário Mínimo apresenta roteiro de trabalho

A Comissão Especial Mista do Salário Mínimo aprovou na quarta-feira um cronograma de trabalhos para o primeiro semestre deste ano do colegiado, criado em dezembro do ano passado para elaborar uma política permanente de reajuste do salário mínimo. Nesta segunda-feira, os parlamentares vão ouvir representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

O roteiro de trabalhos da comissão prevê a realização de audiências públicas e encontros regionais com a participação de entidades representativas dos trabalhadores e empregadores, de órgãos do poder público e organismos internacionais. Serão realizados encontros regionais em Curitiba, São Paulo, Manaus, Salvador e Campo Grande, conforme explicou o relator da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

PLENÁRIO Em 27 de janeiro de 1945 foram libertos os prisioneiros de Auschwitz, maior campo de extermínio de judeus

# Em memória das vítimas do nazismo

O Senado realizou sessão especial, na sexta-feira, em homenagem às vítimas do Holocausto – o extermínio, pelos nazistas, durante a 2ª Guerra Mundial, de grupos étnicos por eles considerados “inconvenientes e indesejáveis”, em especial os judeus. Foi em 27 de janeiro que os prisioneiros do maior campo de concentração nazista, o Auschwitz-Birkenau, foram libertados e, por isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu a data como Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.

Participaram da cerimônia a embaixadora de Israel, Tzipora Rimon, o embaixador da Alemanha, Prot Von Kunow, além dos embaixadores da Ucrânia, Yuril Bogaievsky, e do Uruguai, Pedro Humberto Ramela.

Durante a sessão, realizada a pedido do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), vários parlamentares enfatizaram a necessidade de relembrar a data a fim de evitar que se repita um período tão obscuro da História da Humanidade. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que participou das investigações do caso Josef Mengele – médico nazista que viveu no Brasil durante vários anos, até morrer afogado na praia de Bertoga (SP), em 1979.

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Representantes de judeus e alemães foram unânimes ao ressaltar a importância da educação para que o genocídio nunca se repita. O sobrevivente Ben Abraham foi homenageado.



Diplomatas participam de sessão especial no aniversário da libertação de Auschwitz

CÉLIO AZEVEDO

## Judeus e alemães participam lado a lado

Depois da sessão no Plenário do Senado, a celebração à Memória das Vítimas do Holocausto prosseguiu com a exibição de um filme sobre o sofrimento do povo judeu e a criação do Estado de Israel, na sala onde funciona a Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Representantes de judeus e alemães foram unânimes ao ressaltar a importância da educação para que o genocídio nunca se repita. O sobrevivente Ben Abraham foi homenageado.

## Genocídio de 6 milhões de judeus

Holocausto é o nome dado à execução, em massa, de 6 milhões de judeus e de outras minorias perseguidas, como ciganos e homossexuais, pelos nazistas durante a 2ª Guerra Mundial. Era o nome dado, entre os antigos hebreus, ao sa-

crifício no qual se queimavam inteiramente as vítimas.

Em 2005, a Assembléia Geral das Nações Unidas designou por unanimidade 27 de Janeiro como o Dia Internacional de Recordação das Vítimas do Holocausto.

## Heloísa Helena pede paz para as crianças do mundo

Ao encerrar a sessão especial em memória das vítimas do Holocausto, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) fez um apelo a Deus, para que nenhuma criança precise ser ensinada a atirar pedras no inimigo. Heloísa lembrou o termo cunhado pela historiadora Hannah Arendt – “banalidade do mal” – para definir o nazismo. Para ela, é preciso construir um mundo em que todas as crianças possam se abraçar em paz, sejam elas palestinas, judias, brasileiras ou européias.

– Essa é a essência da figura de Deus Pai, presente em todas as religiões – assegurou.

## Crivella alerta para o problema da intolerância

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) registrou a presença em Plenário na sexta-feira da embaixadora de Israel, Tzipora Rimón, anunciando a celebração do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, instituído no ano passado pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de resolução da qual o Brasil foi co-autor. Nesse dia, explicou o senador, instituições e organizações em todo o mundo abordarão o assunto com o objetivo de evitar a repetição da tragédia.

Crivella acrescentou que é preciso “manter alertas as consciências em torno do tema da intolerância e da aceitação da diversidade”.

## Sibá Machado saúda sobreviventes do Holocausto

Ao discursar no Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, o senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou que a iniciativa das Nações Unidas de instituir essa data tem como objetivo principal gravar na memória das gerações futuras o ensinamento do Holocausto, a fim de prevenir que ocorram outros atos de genocídio no mundo. Ele lembrou que esse dia também homenageia ciganos, testemunhas de Jeová, homossexuais, deficientes físicos e mentais, comunistas, socialistas, lideranças sindicais e opositores, ou seja, todos os que foram vítimas dos nazistas.

## Mão Santa recorda exemplo de São Francisco de Assis

Na sessão de sexta-feira, o senador Mão Santa (PMDB-PI) fez uma homenagem a São Francisco de Assis, destacando sua pregação em favor da paz. O parlamentar lamentou que tantas pessoas se façam de surdas ao ensinamento de que o ser humano deve levar união onde houver discórdia. Ele também afirmou que Adolf Hitler só acumulou tanto poder em razão do uso habilidoso da comunicação. Lembrou que o ministro da Propaganda do 3º Reich, Joseph Goebbels, tinha pleno conhecimento de como manipular a opinião pública para apoiar aquele que se tornou um campeão mundial de atrocidade.

## Serys: data deve servir para evitar repetição de atrocidades

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), em discurso pelo Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, afirmou que é importante lembrar a data para que atos de discriminação, genocídio e racismo não se repitam. Ela lembrou, entretanto, que o anti-semitismo existia mesmo antes dos atos

patrocinados pela Alemanha de Adolf Hitler. – As origens do anti-semitismo remontam a períodos antecedentes ao nazismo, e isso precisa ser lembrado para que questões como essa não venham a se repetir – disse.



Serys Slhessarenko

## Paim lembra que negros e índios também sofrem

O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou, durante sessão especial pelo Dia em Memória das Vítimas do Holocausto, além das atrocidades contra os judeus, as cometidas contra negros e índios. O senador também fez questão de registrar que houve pessoas – como o diplomata brasileiro, Luiz Martins Dantas, e sua assistente, Aracy Guimarães Rosa – que salvaram centenas de vidas. Dantas, que foi embaixador em Paris de 1922 a 1942, emitiu centenas de vistos que permitiram salvar cerca de 500 pessoas da morte em campos de extermínio nazistas. O mesmo foi feito por Aracy, que emitiu vistos por conta própria, salvando 80 pessoas.

## Presidência



GERALDO MAGELA

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci (segundo à direita), reuniu-se na quinta-feira com os senadores (da esq. para a dir.) Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Luiz Otávio (PMDB-PA), José Sarney (PMDB-AP), Renan Calheiros, presidente do Senado, e Aloizio Mercadante (PT-SP). Palocci veio ao Senado para prestar depoimento na CPI dos Bingos. O ministro disse à comissão que interesses políticos locais motivaram denúncias de irregularidades durante suas duas gestões à frente da prefeitura de Ribeirão Preto.

## Renan recebe produtores rurais alagoanos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quarta-feira produtores rurais de Alagoas preocupados com a classificação do estado no programa de erradicação de febre aftosa do governo.

Segundo eles, o estado se

encontra “ilhado”, por estar enquadrado na categoria “risco desconhecido”. Como os vizinhos já obtiveram do Ministério da Agricultura a classificação “médio risco”, toda a produção alagoana de leite e carne só pode ser vendida no próprio estado.

**HOMENAGEM** - O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) lembrou na terça-feira o 31º aniversário da primeira emissora de televisão de seu estado, a TV Amapá, fundada em 25 de janeiro. A emissora, afiliada à Rede Globo desde 1981, “foi fator primordial para o desenvolvimento do estado”, disse o senador. Antes de sua criação, em 1975, a população local só dispunha do rádio.

**PIAUI** - O senador Mão Santa (PMDB-PI) comemorou o aniversário da declaração de independência do estado do Piauí do domínio português, ocorrida na madrugada de 24 de janeiro de 1823 na cidade de Oeiras. Ele lembrou que a independência se consolidou em 13 de março, na Batalha do Jenipapo, à margem do rio Jenipapo, em Campo Maior, quando os brasileiros venceram os portugueses.

**MINISTÉRIO PÚBLICO** - Ao discursar em Plenário na segunda-feira, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) elogiou o Ministério Público, destacando sua atuação nas áreas trabalhista – na qual ele ressaltou o combate ao trabalho infantil –, ambiental e de defesa dos direitos do consumidor. O parlamentar afirmou que a instituição “é um baluarte da ordem democrática do país”.

**SÃO PAULO** - Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP) prestaram homenagem ao aniversário de São Paulo, que completou 452 anos em 25 de janeiro. Para Romeu Tuma, o município merece o respeito da sociedade, por seu acolhimento a brasileiros de diversas procedências. Aloizio Mercadante leu em Plenário poema de Mário de Andrade.

**DIA DO CARTEIRO** - O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou na quarta-feira a passagem do Dia do Carteiro. A data resgata a memória da criação do Correio-Mor no Brasil em 25 de janeiro de 1663. Preocupado com a imagem da profissão em virtude da CPI instalada com o nome dos Correios, o senador pediu a distinção entre a profissão do carteiro e as denúncias envolvendo a instituição.

## PLENÁRIO

# Fátima Cleide saúda vitórias da esquerda

Ao comemorar as eleições de Michelle Bachelet para presidente do Chile e a posse de Evo Morales, na Bolívia, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) avaliou que há forte favoritismo para candidatos de esquerda e de centro-esquerda em vários países da América Latina. A seu ver, essa tendência se desenhou a partir de um cenário inaugurado com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, marcado pela presença de lideranças formadas nos movimentos sociais.

– As promessas do neoliberalismo, fundadas no Estado mínimo e na regulação da economia pelo próprio mercado, não encantam mais as classes populares, arrastadas pelo desemprego e pela

perversa falta de atendimento básico em educação e saúde. A eleição de Lula rompeu com a hegemonia conservadora e iniciou a superação desse quadro de sucateamento do Estado – disse Fátima Cleide.

A senadora ressaltou que a vitória de Morales marca, com a presença de um líder indígena na presidência, a vitória dos colonizados diante dos colonizadores, “um passo largo e firme no resgate da identidade para os povos de todo o continente”.

A eleição de Michelle Bachelet, de acordo com a parlamentar, é a ruptura de muitos preconceitos.

– Médica, mulher progressis-



Fátima Cleide: avanço da esquerda no continente começou com Lula

ta, de esquerda e ambientalista, Michelle Bachelet é o retrato da mulher que conquista, na luta com a sociedade, um espaço político de expressão em seu país – afirmou.

## Para Suplicy, Evo Morales priorizará o diálogo

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou viagem que fez à Bolívia integrando a delegação do presidente Lula na posse do presidente Evo Morales, dia 22.

Conforme afirmou o senador, em conversa na Embaixada do Brasil em La Paz, Morales demonstrou o desejo de iniciar “um diálogo construtivo” com a oposição no seu país. Para Suplicy, a disposição manifes-

tada por Morales contraria a previsão de que promoveria retaliações violentas contra seus adversários.

– Evo Morales foi eleito com 54% dos votos no primeiro turno da eleição e pretende priorizar a integração econômica da Bolívia, principalmente com os países da América do Sul. Mas falou em conversar até com os Estados Unidos – enfatizou o senador

pelo PT.

Suplicy também destacou o 452º aniversário da cidade de São Paulo, transcorrido na quarta-feira passada. Ele evocou a poesia despertada por São Paulo nos autores que a imortalizaram, como Mário de Andrade, e enalteceu a contribuição das raças de diferentes origens que a colonizaram e promoveram o seu engrandecimento.

## Jucá aplaude acordo para construção de gasoduto

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) aplaudiu a iniciativa dos presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, Néstor Kirchner, da Argentina, e Luiz Inácio Lula da Silva, que, em encontro na semana passada, decidiram acelerar o andamento do projeto para a construção de um gasoduto da Venezuela até a Patagônia, na Argentina, cortando quase todo o Brasil.

O senador frisou que a medida permitirá interligar o sistema energético de praticamente toda a América do Sul.

## Ponte amplia integração com o Peru, diz Tião Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) saudou a inauguração, no dia 21, de uma ponte ligando o município de Assis Brasil, no Acre, a Iñapari, no Peru. Segundo o senador, a ponte amplia a integração do Brasil com as nações andinas, além de aproximar o país da Ásia.

Viana elogiou a política externa do atual governo com relação à América Latina, destacando suas diretrizes e expondo os seus resultados. O senador lembrou que o presidente Lula e o presidente peruano Alejandro Toledo participaram da inauguração.

## Zambiasi exalta criação do Parlamento do Mercosul

A criação do Parlamento do Mercosul, em dezembro último, foi elogiada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) em Plenário. Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Zambiasi afirmou que a criação do parlamento é uma das iniciativas mais importantes da história política da América do Sul.

O protocolo de criação do Parlamento do Mercosul foi assinado pelos presidentes de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em 9 de dezembro, em Montevi-

déu. O Parlamento terá sede na própria capital do Uruguai e deve ser instalado definitivamente até o fim de 2006. Inicialmente, contará com 18 integrantes de cada país-membro, indicados pelos respectivos parlamentos.

Classificado por Zambiasi como “órgão de representação dos povos do Mercosul, independente e autônomo”, os cidadãos dos países-membros do Mercosul poderão escolher por voto direto os integrantes do parlamento a partir de 2011.

## Serys destaca bons resultados do turismo

Serys Silhessarenko (PT-MT) destacou os resultados favoráveis exibidos pelo setor de turismo em 2005, citando a atuação da Embratur. No ano passado, o órgão participou de 54 feiras internacionais e marcou presença em eventos em 124 cidades ao redor do mundo. “Há a expectativa de, em 2006, superar a marca de 5,5 milhões de estrangeiros no país”, disse.

## Ideli ressalta política externa de Lula

Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou a importância da manutenção da política externa brasileira no próximo governo, especialmente a aproximação promovida pelo presidente Lula com a

## Crivella: punição para matadores de Jean Charles

Marcelo Crivella (PRB-RJ) fez apelo para que as autoridades inglesas punam os responsáveis pela morte do brasileiro Jean Charles de Menezes, em Londres, há seis meses. Presidente da CPI da Emigração Ilegal, ele ressaltou que as autoridades estrangeiras precisam saber que “o Brasil tem um parlamento, um povo que irão exigir justiça”.

América Latina. Ela destacou a posição do Brasil em disputas na OMC contra subsídios agrícolas, o que, afirmou, tem sido fundamental para os países emergentes.

**GLOBALIZAÇÃO** - O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu a necessidade de o Brasil tornar-se mais competitivo economicamente em virtude do processo da globalização, que para ele é um fenômeno que “atingiu um estágio sem volta”. – Não temos o direito de perder as oportunidades históricas de crescimento global, como assistimos na atualidade – disse Garibaldi.

**ANGOLANOS** - Uma delegação de deputados angolanos visitou o Plenário do Senado durante a sessão de terça-feira. O senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), que presidia a sessão no momento da visita, lembrou que Angola “tem uma vinculação íntima” com a história do Brasil. Integram a comitiva os deputados Domingos Mutaleno, Maria do Rosário, Milton da Silva e Pedro Morais Viera.

### Projetos

#### Rodovia Irmãos Lacerda

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) propôs denominar “Rodovia Irmãos Lacerda” o trecho da Rodovia BR-070 que vai de Cáceres (MT) à fronteira com a Bolívia. O objetivo é homenagear os irmãos Márcio, José, Pedro, Jordão e Clélia Lacerda. Segundo o autor da proposição (PLS 349/05), “devem-se a eles inúmeras realizações fundamentais para conferir aos municípios da região da fronteira entre o Brasil e a Bolívia destacado papel na economia pecuária, especialmente no comércio de exportação, como a viabilização do fornecimento de energia elétrica para a área e a celebração de convênios para o controle sanitário animal e para a segurança pública”.

#### Ponto adicional de TV a cabo

Do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o PLS 346/05 proíbe a cobrança de taxa adicional pela disponibilidade do serviço de TV por assinatura instalado em pontos adicionais ou extras de entrada de sinal para cada usuário individual ou num único domicílio. “A cobrança pelo ponto extra da TV a cabo, instalado na residência do assinante para fins de lazer, sem finalidade comercial, é abusiva”, considera o autor da proposição.

#### Exame antidrogas obrigatório para policiais

São de autoria do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) a proposição que dispõe sobre a realização de exames periódicos em policiais civis e militares para detecção do uso de drogas ilegais (PLS 354/05) e a que visa elevar, por meio de alteração na Lei 9.615/98, o percentual da arrecadação bruta das loterias federais e similares destinado ao fomento das práticas desportivas de 2% para 2,5%.

Essa proposição (PLS 359/05) também muda os percentuais destinados aos comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros, de 85% e 15% para 80% e 20%, respectivamente.

#### Juiz espera dois anos para ser candidato

Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou projeto de lei complementar (PLS 351/05) visando aumentar para dois anos o período de afastamento definitivo das funções judicantes por parte do magistrado candidato. O senador considera o prazo de seis meses, hoje previsto na Lei Complementar 64/90, “inadequado e insuficiente” para prevenir o uso da função não só com o objetivo de influenciar a eleição, como até mesmo para “viabilizar candidaturas”.

#### Prevenção da catapora

Pelo PLS 352/05, o senador José Jorge (PFL-PE) quer instituir o Dia Nacional de Prevenção da Catapora ou Varicela, celebrado anualmente em 5 de agosto, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da vacinação contra a doença.

#### Agilidade em processo contra corruptos

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) apresentou proposição (PLS 353/05) para alterar a Lei 8.429/92, tornando mais ágil o processo movido contra os ocupantes de cargos públicos acusados de enriquecimento ilícito. A proposta retira a exigência em vigor de identificação e qualificação reduzida a termo da pessoa que denuncia a irregularidade detectada perante a autoridade administrativa; propõe que os bens do envolvido fiquem obrigatoriamente indisponíveis; e concentra toda a persecução nas mãos do Ministério Público.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 4 a 20 de outubro de 2005

## PLENÁRIO

## César Borges critica novo aumento da dívida pública

O aumento de R\$ 141 bilhões na dívida pública no exercício de 2005 foi duramente criticado pelo senador César Borges (PFL-BA), em pronunciamento no Plenário. Conforme assinalou, o fato aconteceu em decorrência da manutenção da taxa básica de juros para conter a inflação. A taxa Selic, hoje em 17,25%, é apontada como a mais alta entre todos os países, frisou.



César Borges: aumento de R\$ 141 bilhões na dívida pública ocorreu para manter Selic

O senador afirmou que os primeiros três anos do governo do PT resultaram num aumento da dívida, que teria passado de R\$ 623 bilhões para R\$ 979 bilhões. Enquanto a dívida pública aumenta progressivamente, lamentou, "os investimentos são quase nulos". Ele mencionou a falta de recursos no Orçamento para as áreas de saúde, saneamento, energia, educação, segurança e transportes.

César Borges também alertou para a situação dos produtores rurais que perderam suas safras em função de alterações climáticas, observando que houve uma reversão no crescimento do setor por negligência do governo. Em aparte, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) replicou, sustentando que o governo federal aumentou em cinco vezes os investimentos no programa de agricultura familiar (Pronaf) no estado do Pará, nos últimos três anos.

## Simon protesta contra decisão do Supremo

Pedro Simon (PMDB-RS) protestou contra decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de arquivar processo contra o ex-ministro da Ciência e Tecnologia do governo Fernando Henrique Cardoso, Ronaldo Sardenberg, por infração à Lei 8.429/92, que trata de improbidade administrativa. O senador disse que a decisão, a ser anunciada em março, abre um precedente para o arquivamento de cerca de 10 mil ações desse gênero que tramitam no STF.

Simon lembrou que Sarden-

berg foi condenado pela Justiça Federal de Brasília por uso indevido de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) em viagens de turismo a Fernando de Noronha. O governo de Fernando Henrique recorreu da condenação. O recurso já foi julgado procedente por maioria de votos no Plenário do STF.

Na avaliação do senador, o STF "está prestes a desmontar o mecanismo de fiscalização do poder público criado a partir da Lei de Improbidade Administrativa".

## Tourinho quer disciplinar compras na Internet

Ao registrar que a Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico apurou que as vendas pela Internet no Natal foram cerca de 55% superiores ao mesmo período do ano passado, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu a implantação de mecanismos legais de controle e de segurança nas transações comerciais eletrônicas. Nesse sentido, ele defendeu a aprovação de

projeto de lei de sua autoria, o PLS 396/05.

A proposta altera o Código de Defesa do Consumidor com o objetivo de disciplinar as relações de consumo realizadas por meio eletrônico. O projeto procura impor ao fornecedor toda a responsabilidade sobre qualquer desvio na forma, na lisura, na garantia e no sigilo da compra, explicou Rodolpho Tourinho.

# Acordo lesa saúde pública, diz Papaléo

Ao citar reportagem da revista Veja, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou o acordo firmado entre o Ministério da Saúde e o laboratório norte-americano Abbott visando à redução do preço do Kaletra – remédio que dificulta a reprodução do vírus da Aids. Ele afirmou que, mesmo com a redução de custo, o acordo teria sido lesivo aos cofres públicos.

O senador lembrou que, pressionado pela possibilidade de quebra de patente, o laboratório reduziu o custo da cápsula do Kaletra de US\$ 1,17 para US\$ 0,63. Mas essa mesma empresa, ressaltou, cobraria US\$ 0,23 por cápsula em outros países.

Papaléo também destacou que o governo brasileiro se comprometeu a pagar US\$ 0,63 por cápsula até 2011. Ele argumentou, no entanto, que, após cinco ou seis anos, os preços dos medicamentos costumam



GERALDO MAGELA

Papaléo condena acordo entre Ministério da Saúde e laboratório norte-americano para reduzir preço de remédio

apresentar queda de até 70%, em termos reais. Dessa forma, disse o senador, o custo da cápsula do Kaletra poderia cair para US\$ 0,50 nos próximos anos, enquanto o governo continuará pagando US\$ 0,63.

Discriminado por ser da oposição

Ao registrar a inauguração,

em dezembro, da sétima unidade da Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor em Macapá, Papaléo destacou o trabalho da instituição nas áreas de reabilitação, ortopedia e neuropsicologia. Ele só lamentou ter sido discriminado pelas autoridades do Amapá na solenidade de inauguração, por ser de oposição.

## Juvêncio registra denúncia contra Funasa

Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) registrou em Plenário, na quinta-feira, notícia divulgada pela imprensa sobre a existência de irregularidades em contratos na Fundação Nacional de Saúde (Funasa), identificadas após criteriosa análise de relatórios da Controladoria Geral da União (CGU). O senador manifestou indignação pelo fato de o superfaturamento desses contratos ter-se dado no mesmo período em que 29 crianças indígenas morreram por desnutrição em Dourados (MS), no ano passado.

– O governo enviou recursos e cerca de R\$ 5 milhões desapareceram no ralo da corrupção.

## Amir Lando faz alerta sobre dengue e malária

Amir Lando (PMDB-RO) fez um alerta sobre o recrudescimento da dengue e da malária em Rondônia e agradeceu à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) pelo envio ao estado de uma equipe de profissionais que organizarão duas oficinas de combate a essas doenças. O senador também pediu a criação de uma comissão externa do Senado para acompanhar a luta contra as endemias. Lando informou que nos primeiros 15 dias de 2006 foram registrados 500 casos de dengue em Rondônia, entre os quais duas ocorrências da "dengue neurológica", uma modalidade mais rara da doença.

## Suassuna lamenta falta de atendimento a pacientes

Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou sua tristeza diante de informação veiculada em site da Paraíba, segundo a qual existe uma "lista da morte" integrada por pacientes que aguardam atendimento no Hospital Napoleão Laureano, único especializado no tratamento de câncer no estado. O senador informou que o hospital atende cerca de 1.200 pessoas por mês, com verba mensal de apenas R\$ 509 mil. – Dez pessoas que faziam parte da lista morreram e isso deve continuar acontecendo – alertou, ao dizer que é preciso apurar se a responsabilidade pelo que vem ocorrendo é do governo federal ou estadual.

## Alberto Silva pede volta dos mata-mosquitos

O combate à dengue e à malária no Brasil merece mais atenção dos governantes, afirmou o senador Alberto Silva (PMDB-PI) em pronunciamento no Plenário. Em sua avaliação, os antigos "exércitos de mata-mosquitos" devem voltar a ser usados na luta contra os mosquitos que transmitem tais doenças. O senador afirmou que, embora o avanço da ciência ajude a vencer tais calamidades, falta vontade política para medidas eficazes. – É uma vergonha um mosquitinho desafiar uma nação e não se tomar providência – protestou Alberto Silva.

**UNIVERSIDADES** - Mão Santa (PMDB-PI) lamentou a queda da participação das universidades públicas no *ranking* das dez maiores instituições de ensino superior, de acordo com estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação, feito a partir do Censo da Educação Superior de 2004. O parlamentar disse que, em 1991, das dez maiores universidades, seis eram públicas; em 2004, o número de instituições públicas nesse *ranking* caiu para três, entre elas a Universidade Estadual do Piauí (Uespi).

- As universidades públicas estão se extinguindo. Nada contra entidades privadas, mas a maioria dos jovens não tem condições de pagá-las - disse Mão Santa, lembrando que, enquanto o salário mínimo deve passar para R\$ 350, há faculdades privadas de Medicina cujas mensalidades chegam a R\$ 4 mil.

**EX-PRESIDIÁRIOS** - Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou a inauguração da Fábrica Esperança, em Belém, que empregará trabalhadores egressos do sistema penitenciário do Pará. Segundo o parlamentar, serão contratados 400 ex-detentos no primeiro ano de atividades. A fábrica terá três unidades: uma para produção de uniformes, uma de bolas esportivas e outra de serigrafia para tecidos e bolas.

- O Pará é o primeiro a seguir as exigências da Lei de Execuções Penais, que obriga os estados a dar assistência a ex-presidiários depois do cumprimento de suas penas ou enquanto estiverem no período de prova de indulto ou em liberdade condicional - ressaltou. Flexa Ribeiro lembrou que o ex-detento encontra muitas dificuldades para conseguir emprego, e que a passagem por uma fábrica como a Esperança pode representar uma forma de "vencer a barreira do preconceito".

**REBELIÕES** - Em nome da liderança do PT, a senadora Fátima Cleide (RO) criticou, na quinta-feira, a política de segurança pública do governador de Rondônia, Ivo Cassol. Segundo a senadora, o número de rebeliões ocorridas no estado simboliza o descaso do governo com o setor. Ela salientou que a imprensa tem registrado até revoltas em presídios femininos, caso considerado raro no país.

A senadora disse que está disposta a somar forças para mudar essa situação e fez um apelo ao governador Ivo Cassol para investir na segurança do estado. Fátima Cleide saudou ainda Rondônia e Porto Velho, que festejam os 24 anos de instalação do estado e do município, capital de Rondônia, e lamentou a morte de cinco índios em acidente rodoviário nas estradas do estado. Em aparte, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) solidarizou-se com Fátima Cleide.

## PLENÁRIO

# Tapa-buracos gera polêmica no Senado

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) calculou que o país desperdiça anualmente 4 bilhões de litros de óleo diesel – ou R\$ 6 bilhões – em razão da má conservação das estradas. Para resolver o problema, o senador voltou a defender a adoção de um plano de recuperação de 30 mil quilômetros de rodovias federais, apresentado por ele à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, e que possibilitaria recuperar mil quilômetros de estradas a cada mês.

– É necessária uma operação de guerra para recuperar as estradas. Não se restauram 20 mil quilômetros de estradas com rotinas convencionais – disse Alberto Silva. Sobre a operação iniciada pelo Executivo, Alberto Silva afirmou que, embora as obras sejam urgentes e possam reduzir momentaneamente o desperdício de combustível, é preciso que tenham qualidade e durem pelo menos seis meses.

Em apartes, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) observou que as estradas brasileiras foram construídas numa época em que os caminhões eram menos pesados. Mão Santa (PMDB-PI)



Alberto Silva pediu ao governo que adote o seu plano de recuperação de estradas para reduzir gasto de combustível

observou que Alberto Silva já havia prevenido o governo sobre a situação das estradas. João Batista Motta (PSDB-ES) classificou como “uma vergonha” o governo federal ter passado três anos sem adotar medidas emergenciais para a recuperação de estradas e, no último ano do mandato, contratar empresas sem licitação.

Vice-líder do governo, Ney Suassuna (PMDB-PB) esclareceu que, para a operação, foram contratados R\$ 450 milhões em obras. O senador Aelton Freitas (PL-MG) defendeu o plano de recuperação de rodovias, cujo estado, des-

tacou, onera o custo dos fretes e causa milhares de acidentes.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) denunciou que apenas 17% dos R\$ 31 bilhões arrecadados pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) desde 2003 foram investidos na recuperação da malha rodoviária.

Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu a operação implementada pelo governo, argumentando que “estradas ruins representam perda de vidas, já que os acidentes se acumulam na mesma proporção que os buracos, com prejuízos para o setor produtivo”.

## Demostenes critica descaso com Goiás

Embora esteja satisfeito com a indicação de um conterrâneo, o engenheiro civil Mauro Barbosa da Silva, para a presidência do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (Dnit), o senador Demostenes Torres (PFL-GO) protestou contra o suposto descaso do atual governo em relação a obras rodoviárias e ferroviárias previstas no estado.

– Com a Ferrovia Norte-Sul parada, a Ferronorte cortada e as BRs esburacadas, o novo presidente do Dnit vai ter muito o que fazer em Goiás – previu.

De acordo com Demostenes,

da prometida Norte-Sul em Goiás, se construiu apenas um trecho muito curto, entre Anápolis e Ouro Verde. Já a supressão do ramal goiano da Ferronorte teria ocorrido por mudanças no roteiro de escoamento das cargas, “um equívoco tremendo” na opinião do senador.

O senador por Goiás comentou ainda que a duplicação da BR 153 estaria “a passos de tartaruga” entre Aparecida e Itumbiara e teria sido suspensa entre Anápolis e Porangatu.

Já o senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) afirmou que a avaliação feita pela Corporação

Andina de Fomento, segundo a qual a construção da Ferrovia Norte-Sul seria “economicamente inviável”, está equivocada.

Para o parlamentar, trata-se de uma “obra estruturante para o Brasil”, não apenas porque modificará toda a logística do centro-norte do país, mas porque mudará a matriz de transporte nacional e dará destaque às regiões interioranas.

Em apartes, os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Augusto Botelho (PDT-RR) manifestaram apoio à construção da Ferrovia Norte-Sul.

**AGÊNCIAS REGULADORAS** - O senador Marco Maciel (PFL-PE) fez um apelo ao governo federal pela valorização das agências reguladoras. Ele pediu a liberação de mais recursos e a contratação de servidores por concurso para essas instituições. Prestigiar as agências, em sua avaliação, é fundamental para a estabilidade do processo produtivo e para a satisfação dos usuários de serviços públicos. Ele disse que o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, denunciou que o aumento de encargos na conta de luz reforçou o superávit primário.

**GASODUTO** - O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou da ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Roussef, e do ministro de Minas e Energia, Silas Cavalcante Silva, a conclusão do projeto do gasoduto Uruçu-Porto Velho. Conforme frisou, a obra é uma das promessas de campanha até agora não cumpridas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e depende de licença ambiental parcial, até agora não concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

**LEILÃO DE ENERGIA** - Ao avaliar os resultados do leilão de energia elétrica promovido pelo governo federal, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) manifestou preocupação com o setor, principalmente no tocante ao Nordeste. Segundo ele, embora o consumo de energia dessa região apresente crescimento superior ao da média nacional, apenas 8,5% da energia contratada foram destinados ao Nordeste. No entendimento de Tourinho, a situação se agrava por não haver usinas disponíveis que possam viabilizar transferências de energia hidroelétrica para a região em caso de uma emergência.

**PÓLO PETROQUÍMICO** - A instalação de um pólo petroquímico tornou-se uma das principais metas perseguidas pela bancada da Paraíba no Congresso para enfrentar o progressivo esvaziamento econômico do estado. Os senadores José Maranhão (PMDB-PB) e Ney Suassuna (PMDB-PB) vêem no empreendimento uma alavanca decisiva para o desenvolvimento não só da região Nordeste, mas de todo o país. Maranhão afirmou que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) já detectou a presença de gases e petróleo em quase todos os poços perfurados na bacia do rio do Peixe, e em Sousa, no sertão paraibano.

## Osmar Dias cobra seguro para proteger produtores

O senador Osmar Dias (PDT-PR) cobrou do governo federal a instituição de um seguro-produção para cobrir as perdas dos agricultores com a seca que atinge a região Sul há cinco anos seguidos. De posse de dados da Secretaria de Agricultura do Paraná, o senador informou que seu estado já sofreu, somente em um ano, prejuízos da ordem de R\$ 1,23 bilhão com a perda de 3,8 milhões de toneladas da safra de grãos.

Osmar Dias lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu na sua campanha eleitoral instituir o seguro-produção, cuja finalidade é cobrir prejuízos dos pequenos e médios produtores com a seca, “mas, até agora, nada foi feito”.

– O Programa de Garantia de

Atividade Agropecuária (Proagro), o único existente, não funciona. Não há seguro-produção. Até hoje, nenhum governo teve a coragem de implantar uma lei já aprovada no Senado que instituiu um seguro padrão, destinado a cobrir prejuízos dos bancos seguradores com possíveis catástrofes causadas por intempéries como a seca – reclamou.

Finalizando, o parlamentar dirigiu apelo ao governo para que se antecipe às catástrofes e não deixe que os produtores, principalmente os pequenos, desistam da atividade agropecuária em função do descaso das autoridades com a situação. Ele sugeriu como solução para o problema, no curto prazo, a repactuação das dívidas dos agricultores e a securitização das safras.

## Pavan pede solução contra efeitos das estiagens no Sul

Ao registrar que 83 municípios catarinenses decretaram estado de emergência em virtude da estiagem, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) lamentou que periodicamente esta situação se repita sem que os governos estadual e federal procurem viabilizar uma solução definitiva para o problema, preferindo investir em soluções paliativas.

Ele afirmou que o abastecimento de água tanto para consumo humano como para o animal poderia ser garantido por muito tempo se fossem realizadas obras para aproveitar o manancial do Aquífero Guarani.

O senador por Santa Catarina disse que o Aquífero Guarani é o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo. Ele está localizado na região centro-leste da América do Sul, ocupando uma área de

1,2 milhão de quilômetros quadrados, estendendo-se pelo Brasil (840 mil quilômetros quadrados), Paraguai (58,5 mil), Uruguai (58,5) e Argentina (255 mil). No Brasil, abrange os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



Pavan: uso do Aquífero Guarani seria a solução para o problema da estiagem

## Eduardo quer infra-estrutura para assentados

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) apontou a carência de infra-estrutura nos assentamentos da reforma agrária no Tocantins. O estado já conta com 285 novos núcleos rurais. Segundo o senador, faltou planejamento para propiciar a viabilidade econômica dos empreendimentos, e o atendimento das populações assentadas acaba sobrecarregando as prefeituras municipais.

– Muito mais prática seria uma fórmula em que houvesse um planejamento combinado com municípios e governadores para a implantação de um novo assentamento no estado, porque aí todos os entes federativos teriam condições de colocar [recursos] nos seus orçamentos previamente, para nós não vermos brasileiros abandonados à própria sorte – disse.

## Lando defende regularização das ocupações

Ao opinar que a cultura efetiva e a morada habitual é que dão legitimidade à ocupação de terras públicas, ao contrário das grandes invasões promovidas por movimentos de trabalhadores sem-terra, o senador Amir Lando (PMDB-RO) destacou que a Medida Provisória 255, da qual foi relator, que tornou-se a Lei 11.196/05, reúne os instrumentos necessários para regularizar a maioria das ocupações de terra legítimas na Amazônia. Para o senador, além da pressão social, é necessária a vontade política para resolver seus problemas fundiários. Em vez da propriedade da terra, o que realmente interessa é a posse e o uso de quem quer transformar a terra num meio para a sua sobrevivência com dignidade, disse o senador, que foi advogado do Incra e reiterou seu compromisso permanente com o processo de reforma agrária.

## Voz do Leitor

## QUALIDADE DA ÁGUA

"Gostaria que fosse examinada a qualidade da água oferecida para consumo humano nas estações de metrô da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb). Acredito que essa água esteja contaminada, causando doenças como diarreia e vômito em quem a consome, sendo necessário substituir a água fornecida hoje por uma de melhor qualidade. Solicito providências."

**Paulo Rogério Santos da Silva, de Porto Alegre (RS)**

## FLORESTA AMAZÔNICA

"Senhores senadores, o desmatamento da floresta amazônica tem sido responsável por mudanças climáticas. Futuramente, nossos filhos irão arcar com as consequências. Peço aos senhores que façam alguma coisa para preservar nosso maior patrimônio."

**Luiz de Almeida Mauro Soares, de Novo Gama (GO)**

## CIDADANIA

"A educação para a cidadania deve servir, antes de tudo, para refletir sobre a convivência e o exercício da democracia na escola e no meio em que o estudante vive. Quando se fala em pertinência de introduzir no currículo a educação para a cidadania, é preciso esclarecer suas definições e objetivos."

**Jailson Moura da Silva, de Surubim (PE)**

## TRANSPORTE

"Senador Paulo Paim, sugiro que os portadores de necessidades especiais que trabalham em órgãos públicos tenham direito a um

veículo de transporte fretado por esses órgãos para ida e volta de sua residência ao trabalho. Esses trabalhadores enfrentam dificuldades para tomar ônibus devido à falta de compreensão dos motoristas e à falta de auxílio para embarcar e desembarcar."

**Stephanie Batista Rodrigues, de Ceilândia (DF)**

## CONCURSO INTERNO

"Sugiro um projeto de lei para reinstaurar os concursos internos nos órgãos públicos."

**Antônio Gomes Leitão, de Ceilândia (DF)**

## REAJUSTE

"Será que o presidente Lula não se sente desumano com os servidores que não têm um reajuste salarial desde 1995? Sua prioridade é pagar a dívida com o FMI e comprar avião de luxo, enquanto os menos favorecidos estão passando necessidade."

**José Paulo G. de Almeida, do Rio de Janeiro (RJ)**

## CRISE POLÍTICA

"Diante das crises políticas que o país vive, a única coisa que resta ao povo brasileiro é demonstrar, no dia da eleição, sua insatisfação."

**Antônio Gleison do Nascimento Soares, de Pentecoste (CE)**

## SALÁRIO

"Precisamos do apoio de todos os senadores para que possamos ter um Brasil com mais respeito, honestidade, competência e liberdade.

Que todos os trabalhadores possam ter um salário digno para viver melhor."

**Alexnaldo de Santana Santos, de Catu (BA)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## Pergunte ao Senador

## JOVENS NA POLÍTICA

**Francisco José Ferreira dos Santos, de José de Freitas (PI)**

"Senador Heráclito Fortes, como está sendo avaliada a atuação da juventude política em nosso país?"

**O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) responde:**

Prezado Francisco, não há dúvida de que a questão é relevante. Apesar de tantos desencantos, a juventude vem tentando participar da política nacional. E é bom que assim seja, pois é o caminho da oxigenação, da renovação de lideranças. Aconselho, a quem me pergunta, a tentar este caminho, que não é fácil, sobretudo para os que tiverem em mente apenas os interesses do país. Mas acho que vale a pena. Temos alguns bons exemplos de jovens com destaque no cenário nacional, como ACM Neto, Rodrigo Maia e Eduardo Paes.



## GREVE NAS UNIVERSIDADES

**Arianderson Nascimento, de Feira de Santana (BA)**

"Senador Cristovam Buarque, diante das tão absurdas greves nas universidades federais e do sucateamento, pela alegada falta de verbas, o senhor vislumbra que nos próximos anos venha a ser cobrada mensalidade nas universidades públicas?"

**O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) responde:**

Há um movimento para fazer das universidades estatais, universidades privadas, cobrando a mensalidade. Isso traz alguns erros. O primeiro é que nunca vão cobrar o valor integral, então será uma farsa. Vão cobrar uma parte pequena e vão dar bolsas para compensar o resto. Ao mesmo tempo, os alunos vão se sentir donos da universidade, e ela deixará de prestar um serviço público. A solução, entretanto, não é manter como está. O que tem de mudar é o conceito de público, que deve ser separado do conceito de estatal. Uma universidade estatal não é necessariamente pública. E é preciso criar o conceito de interesse público e interesse privado do curso. Os cursos de interesse privado têm que ser pagos (salvo se tiver sobrando dinheiro do governo, porque aí tudo que é educação é bom). E os cursos de interesse público têm de ser grátis, não importa a universidade onde estejam. Com um curso que não é do interesse da nação naquele momento, não tem por que se gastar dinheiro do governo pagando somente para beneficiar um aluno e um grupo de professores. E o curso que é de interesse público, não tem por que ser pago pelo aluno só porque ele está em uma universidade particular. Tomemos como exemplo de cursos de interesse público os de licenciatura nas áreas de física, matemática, química. Hoje os alunos do ensino secundário estão sem professores. O Brasil tem que fazer um esforço para formar 400 mil professores nessas áreas. O aluno que entrar em uma universidade particular de qualidade em uma dessas áreas deverá estudar gratuitamente porque são cursos de interesse público. Então o que se trata não é de privatizar, trata-se de publicizar os cursos das universidades estatais e publicizar no tratamento os cursos que são públicos nas universidades particulares. E de permitir, sim, que se cobre matrícula e mensalidade nos cursos que são puramente de interesse privado, mesmo que nas universidades estatais.



## Frases

"Quem quiser botar sua digital ou pata nesse projeto de aumentar o salário mínimo para apenas R\$ 350 que bote, mas nós não vamos aceitar esse projeto"

Heloísa Helena, em defesa do aumento do salário mínimo para um valor acima de R\$ 400.

"Infelizmente, vivemos em um país onde o cobertor é curto"

Fernando Bezerra, explicando por que não foi possível chegar a um reajuste superior a 13% do salário mínimo, diante do risco de se inviabilizarem investimentos e provocar impacto nas contas da Previdência Social.

"Se a justiça de Deus, quando tarda, não falha, a dos homens, quando tarda, falha"

Alberto Pereira, juiz, ao condenar a demora nos julgamentos, depois de ter seu nome aprovado pela CCJ para ocupar cargo de ministro no Tribunal Superior do Trabalho.

"Eu entendo seu esforço inglório de vender a alma ao diabo e tentar se reeleger. Mas seu governo não tem governabilidade e a sociedade brasileira já é madura o suficiente para não se meter em aventuras"

Arthur Virgílio, comentando a possibilidade de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançar a sua candidatura à reeleição.

"O PMDB não faltou na ditadura nem vai faltar agora. Tirar o PMDB da sucessão é o mesmo que tirar o Flamengo do campeonato carioca ou o Brasil da Copa do Mundo"

Mão Santa, ao defender a apresentação, pelo PMDB, de candidato próprio na eleição para presidente da República, em outubro.

"É necessário vigilância, vigilância e vigilância sobre o presidente Lula"

José Agripino, que alertou o presidente da República para que não transforme eventos do governo em palanque eleitoral.

"As ervilhas me perseguem há quatro anos"

Antonio Palocci, ministro da Fazenda, na CPI dos Bingos, ao comentar processo por licitação de compra de cestas básicas, já arquivado.

## Foto da Semana

Palmas e papel picado marcaram a comemoração, na Câmara dos Deputados, pelo fim da regra que obriga os partidos políticos a repetirem nos estados as coligações eleitorais firmadas em âmbito nacional. A emenda constitucional já passou pelo Senado e depende de votação em segundo turno. Mas a nova regra já sofre questionamentos e poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal



WILSON DIAS/ABF

# Verticalização em debate

O fim da verticalização obrigatória nas coligações eleitorais é o tema em debate no Conexão Senado desta segunda-feira, às 12h30. A Câmara dos Deputados está prestes a finalizar a votação da proposta de emenda constitucional (PEC), já aprovada pelos senadores, que permite a livre coligação partidária em qualquer eleição, seja federal, estadual, municipal ou distrital.

O ponto de maior polêmica é se o Poder Judiciário vai permitir a aplicação das novas normas já nas eleições deste ano. A Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público já anunciaram que irão questionar a medida na Justiça. O ouvinte pode participar do debate pelo telefone 61 3311-1261, pelo fax 61 3311-2777 ou pelo e-mail

conexao@senado.gov.br.

Na quinta-feira, às 23h, o Escala Brasileira exibe entrevista com Jassvan de Lima, DJ, compositor e produtor alagoano que dirige o Som do Brasil, programa de música brasileira veiculado pela emissora FM da Columbia University em Nova York, onde conta histórias da bossa nova, do samba, do forró e outros ritmos genuinamente brasileiros.

Ele narra como foi parar no festival de Woodstock quase por acaso e fala dos inúmeros brasileiros que fazem mais sucesso no exterior do que no Brasil. Entre os destaques musicais estão My



FERNANDO NATACILE

**Destaque na Rádio Senado, Jassvan de Lima dirige programa em Nova York**

name is Samba, May fly, Summer Samba, Vivo Sonhando, Hino Nacional (em ritmo de bossa nova), Cotidiano, Aganju e Vem pro Samba.

Mais informações sobre a programação da Rádio Senado podem ser obtidas na página da emissora na Internet: [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Fala Cidadão  
3h - Idéias  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Idéias  
5h30 - Fala Cidadão  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Especiais/Comissões  
12h - Idéias  
12h30 - Entrevista 3  
13h - Cidadania 3  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Conversa de Músico  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 4  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 1  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 1  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 2  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 3/Comissões  
20h30 - Entrevista 3  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 4  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 4  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 1  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 2/Comissões  
20h30 - Entrevista 2  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 2  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 3  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 3  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 4  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 1/Comissões  
20h30 - Entrevista 1  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 3  
14h15 - Jornal do Senado  
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Conversa de Músico  
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural  
23h30 - Idéias  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

1h - Cidadania  
2h - Idéias  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Fala Cidadão  
4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Idéias  
7h30 - Entrevista  
8h - De Coração  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Idéias  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Fala Cidadão  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Conversa de Músico  
15h - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Entrevista  
17h30 - Idéias  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Leituras  
20h30 - Fala Cidadão  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Idéias  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

1h - Cidadania  
2h - Fala Cidadão  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Idéias

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

### ANTENA PARABÓLICA

#### Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

#### Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

#### UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Fala Cidadão  
7h30 - Entrevista  
8h - Jornal do Senado  
8h30 - De Coração  
9h - Especiais  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Fala Cidadão  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Cidadania  
14h30 - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Fala Cidadão  
17h30 - Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Idéias  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Fala Cidadão  
23h30 - De Coração  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
12h - Conexão Senado  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
9h30 - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
9h30 - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
9h30 - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Plenário (ao vivo)  
12h - Música e Informação  
14h10 - Senado Notícias  
14h30 - Música e Informação  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Música e Informação

### SÁBADO

8h - Música e Informação  
9h - Prosa e Verso  
11h - Música Erudita  
12h - Música e Informação  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e Informação  
22h - Vozes do Século XX  
23h - Música e Informação

### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros  
9h30 - Música e Informação  
11h - Música do Brasil (reprise)  
12h - Música e Informação  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Música e Informação  
17h - Vozes do Século XX (reprise)  
19h - Música e Informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e Informação

## Como sintonizar

### FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

# Programa mostra a evolução da TV digital

A TV digital pode se tornar realidade no Brasil ainda este ano. O governo anunciou que pretende definir em fevereiro o modelo a ser adotado no país, entre os sistemas europeu, norte-americano e japonês. Mesmo que a decisão não ocorra, em junho, os jogos da Copa do Mundo de futebol devem fazer parte das primeiras transmissões com a nova tecnologia, em um raio de 18 quilômetros, no centro de São Paulo. Diante da possível decisão, a TV Senado exibe nesta semana, em dia e horário a ser ainda definidos, o programa O Brasil na Era da TV Digital, documentário que mostra a evolução técnica, industrial e política do assunto.

O programa explica o funcionamento da TV digital, mostrando por que ela oferece melhor qualidade de imagem e som que

o sistema analógico, utilizado atualmente no Brasil. A nova tecnologia viabiliza a interatividade com o telespectador e permite a obtenção de informações adicionais sobre a programação ou até mesmo a participação em programas de auditórios.

Para mostrar como as universidades, o governo e a indústria estão trabalhando para desenvolver um sistema nacional, a equipe de reportagem visitou os pólos industriais situados no Vale do Paraíba (SP), Belo Horizonte (MG), Recife (PE) e Manaus (AM). O repórter Floriano Filho entrevistou pesquisadores de todo o país, que falaram sobre o potencial de inclusão social da nova tecnologia.

Na última sexta-feira, a Secretaria de Comunicação

Social do Senado promoveu, no auditório do Interlegis, a primeira do documentário sobre TV digital. Estiveram presentes vários especialistas no assunto, além de jornalistas e representantes do Ministério das Comunicações, que debateram o processo de implantação da TV digital no país.



Secretário do Audiovisual, Orlando Senna (na mesa, ao centro) destaca decisões sobre o concurso que selecionará os roteiros

## DocTV Ibero-Americano financiará documentários

A oficina de planejamento do Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Ibero-Americano (DocTV IB), concluída na quinta-feira, marcou a efetiva criação da rede ibero-americana de documentário audiovisual, conforme avaliaram os participantes. A parceria, já estabelecida em acordos entre governos dos 15 países participantes, se efetivou no encontro de quarta-feira com representantes dos países que integram o programa.

– Nunca vi reunião realizada em tempo tão reduzido produzir resultados tão concretos – comemorou o secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura, Orlando Senna.

Concretamente, as reuniões serviram para definir como serão os concursos para selecionar os 15 roteiros – um por país – que serão filmados. Cada projeto receberá US\$100 mil para sua produção. Os concursos para escolher os projetos

começam no dia 1º de março.

O DocTV IB é um programa destinado a estimular a produção de documentários nos países que o integram. Eles serão exibidos em emissoras de canal aberto da Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Porto Rico, Cuba, México, Portugal e Espanha.

Inicialmente composto por investimento do Ministério da Cultura do governo brasileiro, o fundo DocTV IB será responsável pelo aporte de 80% dos custos de produção de cada projeto selecionado. Os 20% restantes do valor do contrato de co-produção ficam a cargo das TVs públicas locais.

Orlando Senna informou que o fundo já conta com US\$ 600 mil do Brasil, US\$ 600 mil da Venezuela e US\$ 200 mil da Argentina, devendo México e Portugal contribuir com US\$ 200 mil cada.

A partir desta edição, as resenhas de livros editados pelo Senado Federal passarão a ter periodicidade quinzenal, e não mais semanal. A próxima resenha será veiculada na edição de 6 de fevereiro. Informações sobre as publicações podem ser obtidas pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-4755.

## Curso Estatuto das Cidades abre inscrições

Já estão abertas as inscrições para o curso Estatuto das Cidades, resultado de parceria entre o Programa Interlegis e o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). Serão abordados temas como o direito à cidade, instrumentos de ordenamento territorial, leis e conceitos do Estatuto das Cidades e instrumentos de justiça social, entre outros.

O curso tem o objetivo de mostrar a necessidade da participação da sociedade na resolução dos problemas urbanos do Brasil, estimular práticas para a implementação do estatuto nos municípios brasileiros e relacioná-lo com as situações sociais, políticas, econômicas, territoriais, culturais, institucionais e ambientais do Brasil

contemporâneo.

Aberto ao público em geral, é especialmente dirigido a parlamentares, servidores públicos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como às lideranças comunitárias e profissionais de arquitetura, engenharia e agronomia.

O curso será ministrado através da Internet e colocado no ar dia 15 de fevereiro, com encerramento previsto para o dia 15 de junho.

Por ser a distância, sua conclusão dependerá da dedicação pessoal dos alunos. As inscrições, que serão aceitas até 1º de março, são gratuitas e podem ser feitas no site [www.interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br).

## Conheça o Senado



Ainda em atividade, linotipo americana foi adquirida durante o período de formação da Gráfica do Senado, em 1964

## Discurso parlamentar sem censura

A censura ao discurso de parlamentares – por meio de veto do governo – quando de sua impressão pela Imprensa Nacional, no início da década de 60, levou o Senado a montar um pequeno departamento gráfico, em 1963, em um dos andares do anexo do edifício principal do Congresso Nacional, para produzir, ainda precariamente, seus impressos.

Com a necessidade de mais espaço, em 1964 foram concluídas as primeiras instalações do Serviço Gráfico do Senado, hoje Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep).

Curiosamente, três das 17 máquinas linotipos americanas, com-

pradas na formação da gráfica, ainda estão em atividade, além de uma Ludlow americana para paginação e quatro tipográficas alemãs para impressão.

Com a aposentadoria compulsória no fim de 2005, o linotipista Raulino Wanzeller, 70 anos, teve de se afastar da máquina, companheira de mais de 20 anos.

– Torço para que mudem a lei para os 75 anos para que possa voltar ao trabalho, que era muito satisfatório – disse, já saudosos.

Nas quarentonas linotipos é feita a composição das palavras que se quer imprimir. Em uma escala 14, pode-se produzir de cinco a seis linhas por minuto.

Da linotipo, o material segue para paginação, onde é montada a chapa. Por último, vai para a tipográfica, que imprime 3,5 mil folhas por hora.

O chefe de serviço José Dantas faz questão de destacar o diferencial dessas impressoras, relíquias quando comparadas às máquinas de alta tecnologia.

– Até hoje não conseguiram criar qualquer outra impressora que seja capaz de imprimir relevos americano, francês e seco, além de marcar corte e vinco – disse.

As máquinas antigas, paradas ou em funcionamento, são curiosidades para estudantes que visitam a gráfica.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivaldo Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Flávio Faria, Lara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Mikhail Lopes, Suelly Bastos e Valter Gonçalves Júnior.  
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670  
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Os passos para se criar uma ONG

Uma organização não-governamental (ONG) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Muitos grupos e movimentos comunitários ou sociais atuam informalmente, mas pode haver razões para a institucionalização, como, por exemplo, poder representar os interesses da sociedade civil ou captar recursos para

desenvolver programas.

As organizações da sociedade civil podem ser diferenciadas de acordo com sua forma, fim e setor. O chamado Terceiro Setor (o primeiro é o Estado e o segundo é o mercado) engloba instituições com fins públicos, mas de caráter privado, e que não possuem objetivos mercantis. No Terceiro Setor são enquadradas as ONGs, as-

sociações, fundações, entidades de assistência social, educação, saúde, esporte, meio ambiente, cultura, ciência e tecnologia, entre outras. Normalmente, são iniciativas de pessoas ou grupos que visam colaborar na solução de problemas da comunidade.

O Terceiro Setor foi alvo de uma pesquisa desenvolvida pelo IBGE em 2002, e divulgada em

2004. No levantamento, revelaram-se os números que movimentam o segmento: de 1996 a 2002, o número de entidades no setor passou de 105 mil para 276 mil. São 1,5 milhão de pessoas empregadas nessas instituições, com salários e remunerações somando R\$ 17,5 bilhões, e cerca de 20 milhões de voluntários.

Devido a esse crescimento, há

projetos em tramitação no Senado para regulamentar e fiscalizar essas instituições. Conheça nesta edição alguns desses projetos, saiba mais sobre a legislação existente sobre o assunto e quais são os passos para fundar uma ONG com cuidados para que ela se mantenha viável e sustentável ao longo do tempo, e atinja seus objetivos.

## Preocupação em comum é o que motiva as pessoas

### 1º: Convocação

As pessoas de uma determinada região (comunidade, sindicato, bairro, escola, clube), que tenham como objetivo um trabalho de interesse público, estarão aptas a criar uma entidade. Podem estar preocupadas com a defesa de um bem natural ou cultural, com os direitos de um grupo, ou em criar, por exemplo, centros educacionais, esportivos, creches ou associações. O primeiro passo é se mobilizar, convocando uma reunião para convencer as pessoas da importância da criação da entidade. Na reunião devem ficar explícitos os objetivos da entidade e sua necessidade, além da definição de uma comissão de preparação das próximas reuniões. Deve ser formada também uma comissão de redação do estatuto social para formular e apresentar uma proposta.

### 2º: Assembléia geral

A assembléia geral de fundação da entidade, com a convocação de todos os interessados, deverá ocorrer depois de definida a missão da entidade e redigida a primeira proposta de estatuto. A assembléia deve ser precedida de uma carta convite, contendo dia, hora, local, objetivos e pauta da reunião. Os participantes

da assembléia de constituição serão os membros fundadores da associação, e caberá a eles a aprovação das características da organização (denominação, missão, objetivos, endereço da sede, duração, administração e outros); a aprovação do Estatuto Social (documento que registra essas características e regula o seu funcionamento); e a eleição dos primeiros dirigentes, provisórios ou definitivos. A primeira etapa é a assinatura da lista de presença por todos os participantes. Em seguida, deverá ser composta a mesa de trabalho: os presentes elegem o presidente da assembléia, e o presidente escolhe o secretário, que elabora a ata. O presidente, então, lê a pauta e encaminha a discussão e votação de cada item dela.

### 3º: Estatuto

A comissão deve ler a proposta de estatuto e distribuir uma cópia para cada presente. Cada artigo pode ser discutido, modificado (se necessário) e aprovado. Alguns itens que devem estar contidos no estatuto são: nome e sigla da entidade; sede e foro; finalidades e objetivos; os sócios e seus tipos; quem responde pela entidade; poderes como assembléia, diretoria, conselho fiscal; tempo de duração; como os es-



A ONG Vale Verde desenvolve programas, projetos e ações no vale do Paraíba e litoral norte de SP

tatutos serão modificados; como a entidade pode ser dissolvida; e qual o destino do patrimônio em caso de dissolução.

### 4º: Posse da diretoria

A eleição da diretoria deve seguir o que foi aprovado no estatuto, e deve ser conferida a posse dos cargos aos eleitos.

### 5º: Registro legal

As organizações privadas não-lucrativas são registradas no cartório de registros civis de pessoas jurídicas. Segundo a Lei de Registros Públicos, é preciso apresentar (no mínimo): duas vias do estatuto social vistas pelo advogado; duas vias da ata da assembléia geral de constitui-

ção vistas pelo advogado, com eleição dos dirigentes e termos de posse; e requerimento de registro assinado pelo representante legal da organização. Deve-se pagar as taxas, registrar o livro de atas e os estatutos, e publicar um extrato dos mesmos, aprovados, no Diário Oficial.

Com o registro concluído, a organização já é pessoa jurídica legalmente existente e deve efetuar os registros suplementares. Do ponto de vista fiscal, a regularização da organização junto à Secretaria da Receita Federal permite o seu registro no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF). Quanto à regularização trabalhista, a orga-

nização, mesmo que não tenha empregados, deve apresentar documentos e informações anuais à Previdência. Se quiser contratar empregados, deverá registrar-se no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O espaço a ser utilizado como sede também precisa ser regularizado perante a prefeitura. É importante procurar um contador. No caso de realizar operações financeiras, abrir conta bancária ou celebrar contratos, é necessário também que a entidade tenha o CGC.

**Fontes:** Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) e Proaong, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de SP

## A legislação e as organizações da sociedade civil de interesse público

Para que as organizações da sociedade civil possam implementar alguns projetos, devem promover ações conjuntas com o governo. Esse tipo de ação faz parte da política global de descentralização citada no capítulo 3 da Constituição.

A Lei 9.790/99, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), regulamentada pelo Decreto 3.100/99, transforma tais entidades em parceiras dos órgãos governamentais.

A qualificação como Oscip é um direito da pessoa jurídica que cumprir os requisitos do Ministério da Justiça e estiver apta a dar publicidade à sua movimentação financeira. Como Oscip, a instituição passa a poder realizar o "termo de parceria", instrumento jurídico de fomento e gestão das relações de parceria com o Estado, com garantias de que os recursos estatais sejam utilizados de acordo com os fins públicos.

### Funcionários podem ser remunerados

A Lei sobre Serviço Voluntário (Lei 9.608/98) possibilita à entidade sem fins lucrativos trabalhar com voluntários que assinem um termo de adesão, sem correr risco de transgredir a legislação trabalhista.

Os funcionários e dirigentes das Oscips podem ser remunerados, mas, em caso de uso indevido de recursos estatais, as entidades e seus dirigentes serão punidos.

O requerimento de obtenção de qualificação como Oscip deve ser enviado ao Ministério da Justiça junto com os documentos exigidos pelo órgão. A escolha dos parceiros é realizada por meio de concursos de projetos. Os objetivos e metas são negociados entre as partes e o controle é feito por resultados. Os conselhos de políticas serão consultados para elaborar os termos de parceria e fiscalizarão os resultados.

Fonte: [www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br) e Abong

## Projetos em tramitação

PLS 7/03 (PL 3.877/04 na Câmara) – A proposta foi elaborada a partir das investigações da CPI das ONGs do Senado e dispõe sobre o registro, fiscalização e controle dessas organizações. Pelo projeto, ao inscrever-se junto ao órgão competente, em nível federal e estadual, a ONG terá que prestar esclarecimentos sobre suas fontes de recursos, tipo de atividade, nomes e qualificação de seus dirigentes, e sua política de contratação de pessoal. A organização também prestará contas, anualmente, dos recursos públicos ou privados recebidos (inclusive doações) ao Ministério Público. Aprovado no Senado, encontra-se desde junho de 2004 na Câmara dos Deputados.

PLS 9/03 (PL 4.844/05 na Câmara) – Também elaborada a partir do resultado da CPI das ONGs, altera o Código Penal para tipificar como crime a apropriação indébita contra associação ou fundação. Pela proposição, os gestores dessas entidades poderão ser punidos com reclusão e multas, se deixarem de repassar no prazo e na forma legal, ou sem observar os requisitos legais, os valores ou bens móveis destinados a essas entidades. Aprovado em dezembro de 2004 no Senado, na forma de substitutivo do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), o projeto encontra-se na Câmara há um ano.

## Informações

**Secretaria Nacional de Justiça/  
Divisão de Oscip**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco T,  
Anexo II, sala 329  
70064-901 - Brasília (DF)  
Tel.: (61) 3429-3917  
[www.mj.gov.br/snj/oscip/](http://www.mj.gov.br/snj/oscip/)

**Secretaria da Receita Federal**  
Tel.: 0800 702 1111, de 2ª a 6ª feira,  
das 8h às 20h  
[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

**Associação Brasileira de Organizações  
Não-Governamentais (Abong)**  
Tel.: (11) 3237-2122  
[www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)

**Rede de Informações para o Terceiro  
Setor (Rits)**  
Tel.: (21) 2527-5494  
[www.rits.org.br](http://www.rits.org.br)

**Programa Estadual de Apoio às ONGs  
(Praong), da Secretaria do Meio  
Ambiente de São Paulo**  
Tel.: (11) 3030-6359  
[www.ambiente.sp.gov.br/proaong/fundaong.doc](http://www.ambiente.sp.gov.br/proaong/fundaong.doc)

**Programa Capacitação Solidária**  
Tel./Fax: (11) 3829-0500  
[www.aapcs.org.br](http://www.aapcs.org.br)

**Termo de adesão ao serviço  
voluntário - Campanha Seja um  
Voluntário**  
[www.voluntarios.com.br/termo.htm](http://www.voluntarios.com.br/termo.htm)